

CADEIA DE VALOR DO

AÇAÍ

DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS AOS MERCADOS



CADEIA DE VALOR DO

AÇAÍ

DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS AOS MERCADOS



FICHA TÉCNICA

Organização: Marcio Halla, Forest Trends

Editora: Beatriz Vianna de Araujo Cintra

Revisão:

Equipe da Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends no Brasil (Equipe FT) – Cairã Andrade, Carlos Silva, Fabio Melo, Jonas Gebara, Luan Neves, Marcio Halla, Maria Barcellos, Muyara Ruiz, Nicia Coutinho, Pedro Póvoa, Suellen Mangueira, Tatiana Tintino

Projeto gráfico, ilustrações e diagramação: Lica Donaire - Ecotoré Serviços Socioambientais

Realização: Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends (ICGT-FT)

Diretor da ICGT-FT: Beto Borges

Gerente da ICGT-FT: Carla Cardenas

Coordenador do Projeto Nossa Floresta Nossa Casa: Marcio Halla

Equipe do Projeto Nossa Floresta Nossa Casa: Equipe FT

Parceria: Povos e Organizações Indígenas do Mosaico Tupi

Parceiros estratégicos: USAID, CIAT e PPA

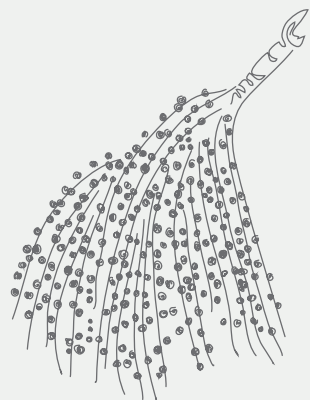
“Esta publicação pode ser reproduzida no todo ou em parte e em qualquer forma para fins educacionais ou sem fins lucrativos, sem necessidade de permissão especial do titular dos direitos autorais, desde que seja citada a fonte. A Forest Trends, porém, gostaria de ser informada e receber uma cópia de qualquer publicação ou menção que venha utilizar esta publicação como fonte. É vetado qualquer uso comercial da publicação.”



CADEIA DE VALOR DO

AÇAÍ

DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS AOS MERCADOS



SIGLAS

CIAT Centro Internacional de Agricultura Tropical.

Conab Companhia Nacional de Abastecimento.

Funai Fundação Nacional do Índio.

FT Forest Trends.

Ibama Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística.

IEI Iniciativas Econômicas Indígenas.

Imaflora Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola.

ICGT-FT Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends.

IPAM Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

ISA Instituto Socioambiental.

NFNC Nossa Floresta Nossa Casa, programa da Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends.

ONG Organização não-governamental.

PPA Plataforma Parceiros pela Amazônia.

RESEX Reservas Extrativistas.

Sebrae Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

TI Terra Indígena.

USAID Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.



SUMÁRIO

Prefácio	11
Beto Borges, Forest Trends	
Apresentação	15
Marcio Halla, Forest Trends	
Conceitos	21
Marcio Halla e Equipe Forest Trends	
 Parte I	
Capítulo 01 – A cadeia	31
Pedro Póvoa	
Capítulo 02 – O mercado	55
Pedro Póvoa	
 Parte II	
Capítulo 03 – O Território Mosaico Tupi	85
Suellen Mangueira e Equipe Forest Trends	
Capítulo 04 – As Iniciativas Econômicas Indígenas	99
Suellen Mangueira	
 Posfácio	 109
Augusto Corrêa, Plataforma Parceiros pela Amazônia	



PREFÁCIO

As mais de duas décadas de parceria com povos indígenas ensinaram à Forest Trends que a colaboração a longo prazo e o apoio às comunidades indígenas é o melhor caminho para estabilizar a fronteira florestal, ajudando-os a defender suas florestas de atividades ilegais e fortalecendo as economias florestais de acordo com sua autodeterminação (BORGES, 2021¹).

As florestas cobrem aproximadamente 30% da superfície da Terra e, conforme estimativa da Forest Trends (WHITE e MARTIN, 2002), estima-se que nas florestas da América Latina, Oeste da África e Sudeste Asiático vive uma população indígena de 60 milhões de pessoas. A conservação dessas áreas e o bem-estar de seus habitantes estão intrinsecamente ligados: a título de exemplo, a América Latina concentra 50% dessa cobertura florestal e 23% da área, aproximadamente 435 milhões de hectares (RRI, 2015), são habitados por povos indígenas e comunidades locais que as utilizam para sua sobrevivência, alimentação, saúde, moradia, fontes de renda e cultura.

A presença desses povos vem mantendo as florestas conservadas devido às suas práticas de uso tradicional e sustentável dos recursos naturais. Ademais, onde os direitos pela segurança territorial estão garantidos por lei, o desmatamento é controlado significativamente, como demonstram dados de monitoramento da Amazônia realizado pela Ecociência: durante 15 anos, 88% do desmatamento na região ocorreu fora dos territórios indígenas, que mantiveram biomassa em maior proporção (FONDO PARA LA DEFENSA DEL MEDIO AMBIENTE - EDF, 2017). Vê-se, portanto, como esses povos contribuem efetivamente para a conservação de paisagens florestais intactas, beneficiando a conservação da biodiversidade e os compromissos climáticos nacionais.

Os dados sobre o desmatamento na Amazônia demonstram também a importância de assegurar aos povos a permanência em seus territórios e de se valorizar seus modos de vida e bem viver. Os territórios indígenas compreendem 22% da extensão total da Amazônia Legal brasileira: proporcionalmente ao território nacional, 13% são Terras Indígenas (TIs) que se estendem por 110 milhões de hectares onde 238 povos, falantes de 180 idiomas diferentes, estão distribuídos em 677 TIs (FUNDO VALE, 2012). Além dessas áreas, existem muitas demandas por

1 O artigo “Por que a bioeconomia Amazônica é um caminho para o Brasil”, publicado pela revista Página22 em 28 jul. 2021, de autoria própria, serviu de base para o texto deste prefácio. Disponível em :< <https://pagina22.com.br/2021/07/28/por-que-a-bioeconomia-amazonica-e-um-caminho-para-o-brasil/> >. Acesso: 15 de dez. de 2021.

novas demarcações que ainda não foram atendidas pelo governo federal e a luta pela regularização das TIs continua sendo de grande importância, assim como é de enorme urgência a governança territorial integrada das que já foram regularizadas.

Além do direito territorial e da importância que as florestas representam para o bem-estar e cultura desses povos e comunidades, a conservação da floresta em pé através da presença deles e o uso sustentável de seus recursos traz benefícios importantíssimos para toda a humanidade. Os povos indígenas e comunidades locais são os principais guardiões dos serviços ecossistêmicos que as florestas oferecem: biodiversidade, água e ciclos hídricos, conservação dos solos, e, especialmente, a regulação de gases que causam a mudança climática. Eles controlam aproximadamente 24% (54.546 MtC) de todo o carbono acima da terra nas florestas tropicais do mundo, uma quantia 250 vezes superior que o gás dióxido de carbono emitido por viagens aéreas no mundo em 2015 (RRI, 2016).

No caso do Brasil, o reconhecimento dos povos indígenas como provedores de serviços ambientais por manterem a floresta em pé foi fortalecido com o decreto federal nº 7.747, de junho de 2012. Foi ele que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a qual estabelece o reconhecimento dos direitos de povos indígenas em relação a serviços ambientais em função da proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais de suas terras (BRASIL, 2012a).

Apesar da visível contribuição dos povos para assegurar os serviços ecossistêmicos e mitigar a mudança climática, contribuição, inclusive, reconhecida por mecanismos legais brasileiros, esses povos têm sofrido grandes pressões e violência contra seus direitos territoriais. Devem ser notadas também a ausência significativa de financiamento direto para a garantia de seus direitos e governança territorial, e, ainda, a insuficiência de políticas públicas que reconheçam e assegurem seus direitos e que criem mecanismos que beneficiem o bem viver desses guardiões da floresta. Retornando ao exemplo da região Amazônica, os territórios indígenas detêm 33% do estoque de carbono (WALKERA, 2020) e tiveram 0.1% de perda líquida de carbono de 2003 a 2016 – a taxa mais baixa entre as áreas protegidas da Amazônia (WALKER et al., 2019) –, mas estima-se que somente 11% de todo o financiamento climático seja destinado a apoiar os povos indígenas, sendo que, desse valor, apenas a insignificante porção de 0.4% é recebida e administrada diretamente pelas organizações indígenas (FOREST TRENDS, 2013).

Diante disso, promover a conservação da Amazônia, dando apoio a milhares de povos indígenas e comunidades tradicionais da floresta, é a um tempo um desafio e uma oportunidade para o Brasil. Como força econômica proeminente

e por possuir a maior área de floresta do mundo, o país está posicionado estrategicamente para ser um líder global no desenvolvimento sustentável inclusivo e ambientalmente seguro, criando uma nova maneira de fazer negócios, o que pode e deve ser parte deste momento em que os países lentamente entram na recuperação pós-pandemia de covid-19.

Agora é hora de focar a atenção do mercado e dos consumidores em produtos que sustentem as florestas e suas comunidades, com estratégias locais que tenham impacto global, criando benefícios diretos e mensuráveis para as comunidades da floresta e um clima seguro para todos nós. É urgente a criação de políticas, mercados, infraestrutura e conexões inovadoras e, no Brasil, isso perpassa valorizar a bioeconomia da Amazônia, onde há a oportunidade de se criar cadeias de fornecimento diversas e baseadas na riqueza natural da região.

Nesse sentido, o trabalho direto com os povos, valorizando-os, promovendo seus direitos e garantindo o bem-estar deles, é crucial. O trabalho em economia indígena é essencial para uma boa governança desses territórios tão importantes para os povos e para o planeta, com a convergência e o equilíbrio entre a economia interna das comunidades indígenas, a da reciprocidade, e sua economia externa, a do mercado (HALLA, 2018²).

Esta série de quatro livros sobre as cadeias de valor do artesanato, da castanha-do-brasil, do cacau e do açaí, seus mercados e a realidade dos territórios, reúne muitos aprendizados sobre economia indígena. E essa leitura é um convite para construirmos juntos a prática real do respeito aos direitos territoriais e a sistemas de governança territorial que garantam a inclusão e os benefícios dos guardiões e guardiãs das florestas, assegurando o bem viver de suas comunidades e contribuindo para a mitigação e controle das mudanças climáticas.

Fraternalmente,

Beto Borges

Diretor da Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends

2 O texto de autoria própria, publicado em 2018 pela Forest Trends no livro “Governança Territorial Indígena na América Latina” (org: Halla, M.), serviu de base para o texto deste prefácio. Disponível em: < https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2019/05/Livro-23alt_16largESP1.pdf >. Acesso: 15 de dez. de 2021.



APRESENTAÇÃO

"Pensamos em nosso povo. Temos medo de ficarem como brancos. Queremos que nosso povo viva bem com suas roças e que tenham autonomia. Queremos que a natureza não seja destruída. Que a floresta seja deixada inteira. Assim, muitos animais vão viver e se reproduzir. Se nosso povo deixar invasores entrarem, eles irão matar bichos em vez do povo caçar e comer. Hoje vivemos bem com os outros povos. Antes éramos rivais, como os Suruí, mas agora somos amigos. Gostaria que, no futuro, o povo conseguisse se alimentar e vender seus excedentes. Cuidando do estudo, andaremos do lado da outra cultura. Temos que cuidar do estudo. Temos que ser bilíngues. É muito bom entendermos nossa cultura e também as outras. Devemos entender, comportar e analisar o que é bom e o que é ruim nas culturas diferentes. Não queremos que o nosso povo perca a sua língua" – Professor Waratan Zoró (BARCELLOS et al., 2019).

Waratan Zoró é um dos professores do Povo Indígena Zoró que atuam como mediadores culturais nas escolas do território, a Terra Indígena Zoró, que fica entre os estados de Rondônia e Mato Grosso, no Território Tupi Guaporé. É seu o depoimento que abre esta apresentação, extraído do livro didático¹ [Nós, Pangyjēj Zoró: nossa terra e as mudanças climáticas](#), e sua fala reúne e unifica de forma simples e objetiva os aspectos culturais, políticos e econômicos da governança territorial indígena: Waratan a inicia e conclui com reflexões sobre a importância da integridade cultural e da educação para a preservação da língua, reforça a importância da união entre os povos indígenas e do encontro e interação com culturas diferentes, enfatiza o estabelecimento de uma conexão direta entre segurança alimentar, manutenção da floresta em pé, proteção territorial e economia indígena. É também assim que a Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends (ICGT-FT) compreende a governança territorial e organiza sua atuação nos territórios indígenas, o que faz através da integração das dimensões cultural, política e econômica e valorizando a autonomia e a autodeterminação dos povos.

O trabalho da ICGT-FT no campo das economias indígenas do Território Mosaico Tupi, um conjunto de Terras Indígenas na porção leste do Tupi Guaporé, foi consequência de processos políticos e culturais. Esse trabalho teve início na Terra Indígena Sete de Setembro, do Povo Paiter Suruí. O fortalecimento da cadeia de valor do artesanato, por exemplo, começou por meio de apoio às mulheres Paiter Suruí e se originou de reflexões sobre questões de gênero, envolvendo grupos e organizações de mulheres. Já a cadeia do cacau, ela começou a ser estruturada como resultado de iniciativas

1 Com apoio da Forest Trends e da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), o livro foi produzido por mediadores culturais do Povo Indígena Zoró para o trabalho deles em sala de aula.

voltadas à segurança alimentar, por meio das quais houve a implantação de sistemas produtivos biodiversos, com viveiros, sistemas agroflorestais, hortas e criação de pequenos animais.

Hoje, sete anos após o início da composição de uma equipe baseada em municípios próximos ao território e com presença constante nas Terras Indígenas, o trabalho com as cadeias da sociobiodiversidade indígena cresceu para além do artesanato e do cacau, agora contemplando também as cadeias da castanha-do-brasil, do açaí e da copaíba, entre outras com potencial cada vez mais evidente. Em 2019, esse trabalho ganhou escala e passou a gerar impactos mais significativos por meio da implementação do Projeto Nossa Floresta Nossa Casa, com o apoio e parceria da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), do CIAT (Centro Internacional para Agricultura Tropical) e da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA).

A expectativa de duração do projeto é de cinco anos, com encerramento em 2024, e, como um marco que nos situa na metade desse ciclo, temos a satisfação de lançar a série de quatro livros Dos Territórios Indígenas aos Mercados: cadeias de valor do artesanato, da castanha, do cacau e do açaí. Mais do que um marco do Projeto Nossa Floresta Nossa Casa, aliás, esperamos que esses livros se apresentem como uma espécie de guia para caminhos a serem percorridos na consolidação de mais ações voltadas às economias indígenas e à valorização dos povos, compartilhando e difundindo nossos aprendizados e experiências.

Logo de início, os livros introduzem alguns conceitos essenciais sobre governança territorial indígena e economias indígenas, entendidos como premissas para as abordagens que sustentam os conteúdos abordados em cada capítulo. No Território Mosaico Tupi, as quatro cadeias estão em estágios diferentes, mas os livros estão organizados com a mesma estrutura, em duas partes: partem de um panorama geral das cadeias e dos mercados para logo após serem detalhados aspectos territoriais e lançados olhares sobre iniciativas econômicas indígenas (IEIs).

Optamos por inicialmente trazer uma visão ampla e geral, como o sobrevoo de um pássaro sobre a floresta que estamos trilhando. Assim, na primeira parte dos livros são apresentados dados, informações e aspectos das cadeias e dos mercados que indicam características, desafios e oportunidades, assuntos cujo entendimento é fundamental para que os elos se estabeleçam e se conectem.

Na segunda parte, aterrissamos no território e começamos a nos aprofundar a respeito das especificidades das iniciativas econômicas indígenas do Mosaico Tupi. Firmamos os pés no chão com uma breve apresentação do Território Tupi Guaporé, recentemente estabelecido a partir dos arranjos de governança das cadeias da sociobiodiversidade promovidos pelo Origens Brasil®. Seguimos as trilhas rumo ao Leste para, no Capítulo 03, conhecermos o Mosaico

Mapa 01 - **LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MOSAICO TUPI,
PORÇÃO LESTE DO TERRITÓRIO TUPI GUAPORÉ.**



Tupi, parte do Tupi Guaporé e dos arranjos que estão em construção e onde atua a ICGT-FT: nele há 08 TIs, onde vivem 21 povos indígenas que, além de vivenciarem o mesmo contexto socioeconômico e enfrentarem os mesmos desafios, compartilham línguas, culturas, histórias e cosmovisões.

Finalmente, no Capítulo 04, adentramos as cadeias do Mosaico Tupi, destacando na paisagem aspectos notáveis de cada uma delas. Ao longo dos livros, trazemos também alguns casos de iniciativas do Mosaico Tupi e de outros territórios como referências para clarear os caminhos. É assim, com os pés firmes no chão do território, bem guiados e situados, que propusemos percursos de reconhecimento dos detalhes do trabalho dos povos indígenas com os produtos da floresta, seus aspectos históricos e culturais.

Esse é um caminho que se caminha junto e que se abre ao caminhar. Como organização de apoio a iniciativas econômicas indígenas comprometida com processos participativos e colaborativos no dia a dia do nosso trabalho, o que inclui sempre agregar e trazer novos parceiros, escrevemos esses livros de forma também colaborativa. Os textos trazem traços próprios de cada autor e esperamos que a diversidade e multiplicidade de estilos, formatos e narrativas sejam lidas com a mesma abertura, interesse e fascínio que sentimos ao observar, contemplar e tentar compreender a complexidade e a beleza da floresta, com suas inúmeras interações, estratos, ciclos e sistemas.

Por fim, é importante dizer que algumas das trilhas estão abertas, como os percursos das cadeias e o acesso aos mercados. Outras ainda devem ser mapeadas, traçadas e cuidadosamente exploradas. Sabemos onde se iniciam: dentro da floresta, dos castanhais, açazais, tucumanzais, das centenas de hectares de sistemas agroflorestais compostos por variedades de cacau e outras, por entre as dezenas de espécies que fornecem alimento e oportunidades de renda aos povos, como as matérias primas para o artesanato indígena. Essa série de quatro livros busca torná-las todas mais visíveis e seguras, é um guia para se ter em mãos: queremos agregar conhecimento e promover interações positivas ao equilíbrio das economias indígenas para que sejam abertos mais caminhos dos territórios indígenas aos mercados e para que os fluxos sejam mantidos com base em valores compartilhados.

Boa leitura!

Marcio Halla

Coordenador do Projeto Nossa Floresta Nossa Casa e da área de economia indígena da Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends



Figura 01- Extrativistas Amazonbai.
Foto: Cedida por Amazonbai.



CONCEITOS BÁSICOS SOBRE A GOVERNANÇA TERRITORIAL INDÍGENA E AS ECONOMIAS INDÍGENAS

Sistemas agroflorestais (SAFs)

Segundo a Maneje Bem, assistência técnica agrícola para pequenos produtores, SAFs podem ser definidos da seguinte forma:

Sistemas agroflorestais ou SAFs recuperam ambientes com sistemas produtivos baseados na sucessão ecológica, semelhantes a ecossistemas naturais, onde árvores exóticas ou nativas são consorciadas com culturas agrícolas, trepadeiras, forrageiras, arbustivas de acordo com um planejamento do espaço e tempo dos cultivos escolhidos, com alta diversidade de espécies e variadas interações entre elas. São realizados plantios de sementes e/ou de mudas. Os recursos e o retorno da produção são gerados constantemente e em diversas “alturas”/estratos. Otimizam o uso da terra, a preservação ambiental e a produção de alimentos, conservando o solo (MANEJE BEM, c2022).

Áreas consorciadas

Segundo a AGEITEC (Agência Embrapa de Informação Tecnológica), áreas consorciadas, que podem ser uma estratégia para implementação de SAFs, são:

Áreas consorciadas são caracterizadas pela maximização de espaço através do cultivo simultâneo, em um mesmo local, de duas ou mais espécies com diferentes características quanto à sua arquitetura vegetal, seus hábitos de crescimento e sua fisiologia. As plantas podem ser semeadas ou plantadas ao mesmo tempo ou terem época de implantação levemente defasada, mas compartilham dos mesmos recursos ambientais durante grande parte de seus ciclos de vida, fato que leva à forte interatividade entre as espécies consorciadas e entre elas e o ambiente (AGEITEC, c2022).



Governança Territorial Indígena

Conjunto de sistemas, instâncias e acordos para a organização e gestão coletiva dos territórios indígenas e seus recursos. É baseado na cultura e cosmovisão dos povos indígenas e na garantia do bem viver e de direitos na interação deles com instâncias de governo das sociedades não indígenas.

Bem viver

Visão ancestral de vida e dos modos de ser, viver e fazer dos povos indígenas, baseados na convivência harmônica entre as comunidades e com a natureza. Cada povo indígena tem seu entendimento sobre o bem viver, expresso por nomes próprios em suas respectivas línguas. No caso do Povo Kichwa de Pastaza, por exemplo, o bem viver é compreendido como “SUMAK KAWSAY” e o conceito se sustenta em quatro princípios básicos que são aplicados a seus planos de vida: estão relacionados ao território de abundância e de todas as vidas; à vida comunitária das famílias e comunidades, em permanente interação com o habitat; à produção comunitária mediante práticas de reciprocidade e solidariedade e à gestão e prática cotidiana dos conhecimentos e saberes ancestrais coletivos (informação verbal) ¹.

1 Fala de Alfredo Vitery Gualinga, líder do Povo Kichwa de Pastaza do Equador, na III Oficina de Economia Indígena realizada pela Forest Trends em Altamira (PA) – Brasil, em 10 de agosto de 2017.

Planos de Vida

Instrumento de Governança Territorial Indígena baseado na visão ancestral de permanência e continuidade da cultura, da vida em comunidade e da vivência no território e que expressa a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas na gestão de seus bens comuns. Um Plano de Vida pode estar baseado na oralidade e nos modos tradicionais de transmissão do conhecimento, mas, em função das interações dos povos com as sociedades não indígenas, eles têm sido redigidos e passaram a contemplar alguns componentes técnicos. De qualquer modo, devem ser entendidos como diferentes de um plano de manejo de uma Unidade de Conservação ou um plano de desenvolvimento de uma comunidade não indígena. No caso do Brasil, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI - [Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012](#)) estabelece os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) como instrumentos de gestão reconhecidos pelo Estado Brasileiro, aproximando-se de alguma maneira dos Planos de Vida com relação aos processos de construção.

Terras Indígenas

A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 231, define terras indígenas da seguinte forma:

[as terras] por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988).

Além disso, elas são também um direito: os direitos territoriais dos povos indígenas, assim como de outras comunidades locais, são reconhecidos por importantes marcos legais e outros instrumentos, como a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas, de 2008, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, de 2011, que estabeleceu que os povos indígenas devem ser respeitados por se distinguirem em condições sociais, econômicas, políticas e culturais diferenciadas, por possuírem costumes e tradições próprias e por descenderem de populações que já habitavam a região antes do estabelecimento das presentes fronteiras de Estados-nação.

Bens comuns

Bens, recursos, sistemas, serviços naturais, culturais, econômicos ou de conhecimento cuja criação, uso, restauração e proteção com base em visões de longo prazo requerem ação coletiva (informação verbal) ². Tais recursos podem ser materiais, como a terra, os recursos naturais e a biodiversidade, ou imateriais, como o conhecimento, a cultura e os saberes. A ação coletiva sempre depende de normas e acordos construídos de forma coletiva e consensual.

Duas esferas das economias indígenas

A primeira esfera é a economia do bem viver e da reciprocidade: ela está relacionada às práticas tradicionais, às dinâmicas de trocas, à produção de forma coletiva, aos sistemas de segurança alimentar e independe de relações monetárias ou financeiras. A segunda é a de mercado, ou seja, as relações comerciais com a sociedade não indígena. Quando a economia da reciprocidade se relaciona com a economia de mercado, alguns atritos e tensões frequentemente se estabelecem, como na decisão entre produzir para a subsistência ou para o mercado, a tensão entre jovens e anciãos e a tensão em relação à distribuição de benefícios de aproveitamento de bens coletivos.

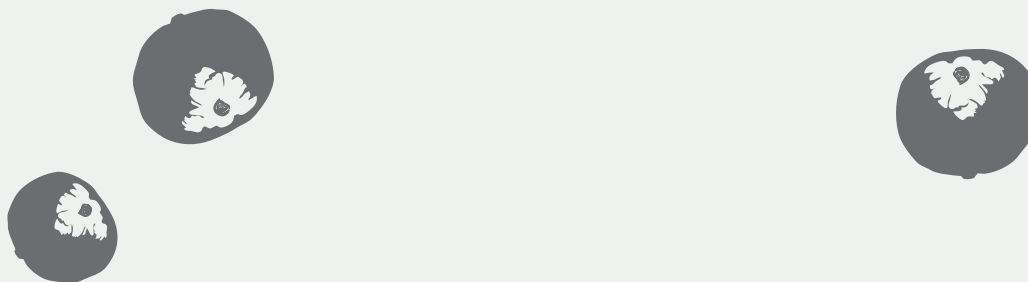
Governança Econômica Territorial indígena

A Governança Econômica Territorial é um conjunto de sistemas, instâncias e acordos para a organização e gestão coletiva dos territórios indígenas e seus recursos que depende de como os povos indígenas discutem, analisam e tomam decisões sobre os rumos da economia. Para que a economia dos povos e territórios indígenas seja articulada com o mercado da forma mais benéfica e equitativa possível, é necessário um conjunto de condições, processos, sistemas, acordos e protocolos que devem fazer parte de seus planos de vida e de suas estratégias de gestão dos bens comuns.

2 Fala da Prof. Leticia Merino na II Oficina de Economia Indígena realizada pela Forest Trends em Tena – Equador, em 07 de setembro de 2016.

Iniciativas Econômicas Indígenas

As iniciativas econômicas indígenas são iniciativas produtivas comunitárias que valorizam a cultura, o bem viver e os saberes locais com o propósito de inserção dos produtos indígenas nos mercados. Geridas coletivamente, desde os núcleos familiares às esferas das aldeias e territórios, com formalização jurídica ou não, as iniciativas econômicas indígenas envolvem tomadas de decisões sobre os caminhos da produção que visam à valorização da floresta em pé, à conservação dos recursos naturais e à justiça social. Sejam grupos informais indígenas, associações ou cooperativas, todas compartilham o princípio da coletividade, mas são formas de organização social distintas. As cooperativas têm finalidade essencialmente econômica, com foco na negociação de produtos ou serviços de seus associados com os mercados, enquanto as associações têm por objetivo promover educação, saúde, assistência social e cultural, representação política, filantropia, defesa de interesses etc., com a ressalva que os estatutos dessas organizações podem prever possibilidades de comercialização, desde que como atividade meio e não atividade final. O grupo informal, por sua vez, não constitui uma figura jurídica: é um conjunto de pessoas que decidiram se unir voluntariamente e que, eventualmente, podem vir a formar cooperativas ou associações no futuro.



Produtos da Sociobiodiversidade

Bens e serviços (produtos, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade e voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares. Devem promover a manutenção e a valorização de suas práticas e saberes e assegurar os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria da qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

O fortalecimento das cadeias produtivas de produtos e serviços gerados a partir dos recursos da sociobiodiversidade é fundamental para possibilitar a integração da conservação e do uso sustentável dos ecossistemas ao desenvolvimento econômico sustentável do país. Com a inclusão produtiva dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais nesses processos, é possível a agregação de valor socioambiental a essas cadeias produtivas e a distribuição justa e equitativa de benefícios em todas as suas etapas (BRASIL, 2009).

Cadeias de valor

Uma cadeia produtiva da sociobiodiversidade é um sistema integrado, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais e que asseguram a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios (BRASIL, 2009).

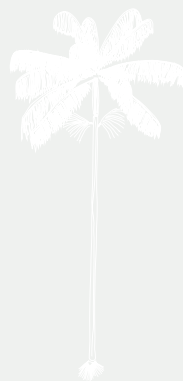
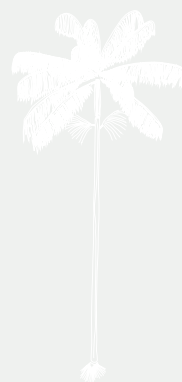
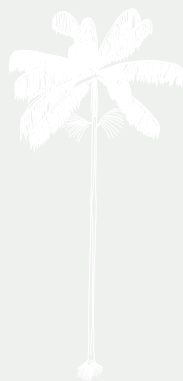
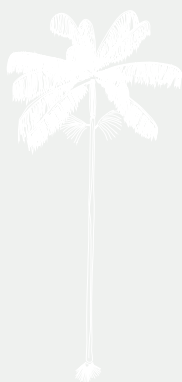
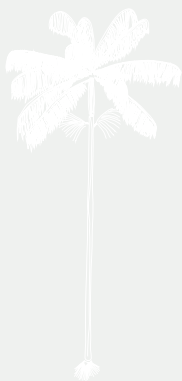
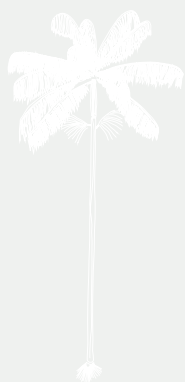
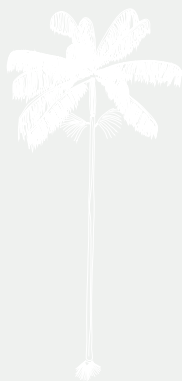
O conceito de cadeia de valor considera a agregação de valores não monetários ao longo das etapas de produção, ou seja, a valorização dos modos de vida e conhecimentos intrínsecos à natureza local, permitindo a manutenção, para além da mera sobrevivência, dos grupos sociais envolvidos e de suas relações com o meio ambiente físico e cultural (SIMONI, 2010³, p.35 apud ALMEIDA, ALVES et al., 2012).

3 SIMONI, Jane. A Revitalização do Extrativismo: Práticas de Economia Solidária e Sustentabilidade. in IPEA, Economia Solidária e Políticas Públicas. Boletim Mercado de Trabalho no. 42. Brasília: 2010

Parcerias comerciais diferenciadas

São parcerias em que empresas e organizações comerciais que atuam nas cadeias de valor estabelecem estratégias de parceria com iniciativas econômicas indígenas para operarem em mercados onde os produtos indígenas e suas histórias são valorizados. Do ponto de vista das iniciativas econômicas indígenas, são diferenciadas as parcerias com agentes de mercado que compartilham de valores e princípios condicionais para o estabelecimento de relações duradouras, ou seja, com a construção de acordos e o entendimento mútuo sobre as particularidades e requisitos necessários para a demanda, bem como sobre características e condições específicas para a oferta dos produtos da sociobiodiversidade.







PARTE I



A CADEIA

CAPÍTULO 1

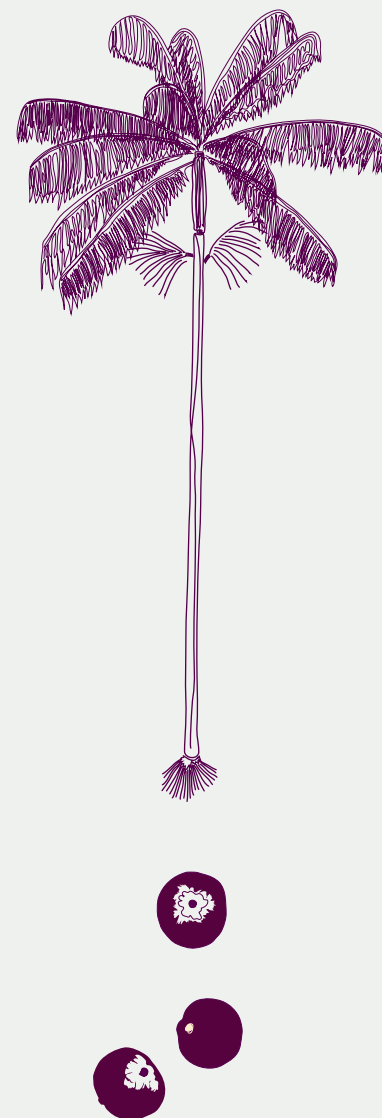
AGRADECIMENTO

Este artigo teve como importante influência o trabalho *Desafios para a Sustentabilidade na Cadeia do Açaí: subsídios para a iniciativa Açaí Sustentável*, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (2018). Recomendamos a sua leitura como complemento às discussões organizadas aqui.

A CADEIA DE VALOR DO AÇAÍ

O açaizeiro é uma palmeira típica da região amazônica¹. O seu fruto, o açaí, nome originado do tupi “yasa’i”, a fruta que chora (LOBATO, 1981), nasce em cachos e possui forma esférica, cor violeta quase preta quando maduro, superfície lisa e tamanho pequeno, cerca de 1 a 2 cm de diâmetro. Além de nativo da região, é também no Norte onde quase toda a produção nacional do fruto está concentrada: é lá onde se produz 90% de todo o açaí extrativo no Brasil (IBGE, 2020a) e 99% do açaí cultivado (IBGE, 2020b).

São duas as espécies contempladas pelo termo “açaizeiro”, ambas do gênero *Euterpe*: a *Euterpe oleracea* e a *Euterpe precatoria*. A espécie *Euterpe oleracea*, também conhecida como açaí-do-pará, é nativa da Amazônia Oriental e tem maior ocorrência no Pará, Maranhão e Amapá: ela se desenvolve em touceiras com 3 a 5 perfilhos² e pode atingir até 30 metros de altura. Por sua vez, a espécie *Euterpe precatoria* é nativa da Amazônia Ocidental e apresenta maior abundância no Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e Mato Grosso. Diferentemente da *Euterpe oleracea*, a *precatoria* se apresenta em uma única palmeira e por isso é chamada de açaí-solteiro (IPAM, 2018).



1 Além das fronteiras brasileiras, o açaí é encontrado na Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Venezuela e Colômbia. Henderson e Galeano (1996) apontam a presença dessa palmeira também no Panamá, Equador e Trinidad.

2 Uma das características desta espécie é que ela emite brotações, os perfilhos, que surgem na base da planta, fazendo com que cresça em touceiras, conjunto de brotações de uma mesma planta que crescem em local próximo. Essa propriedade concede à espécie uma grande capacidade regenerativa, o que facilita a exploração sustentável (CANTO, 2001).

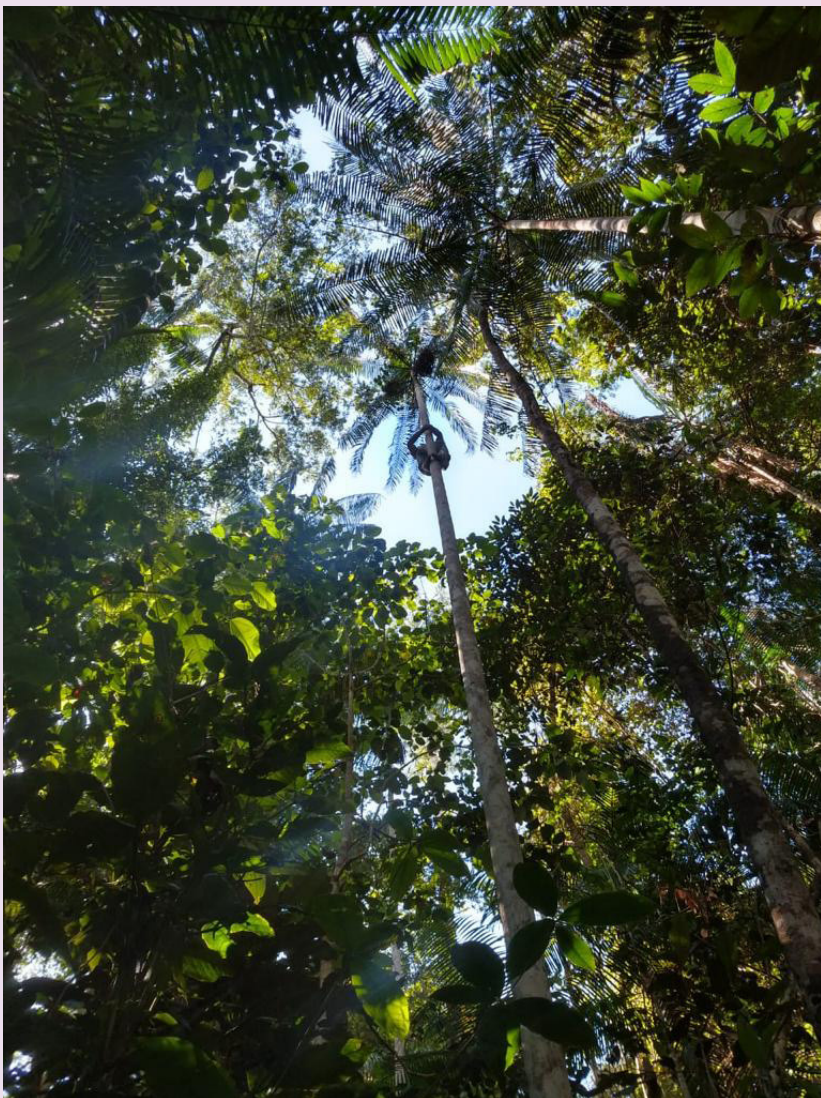
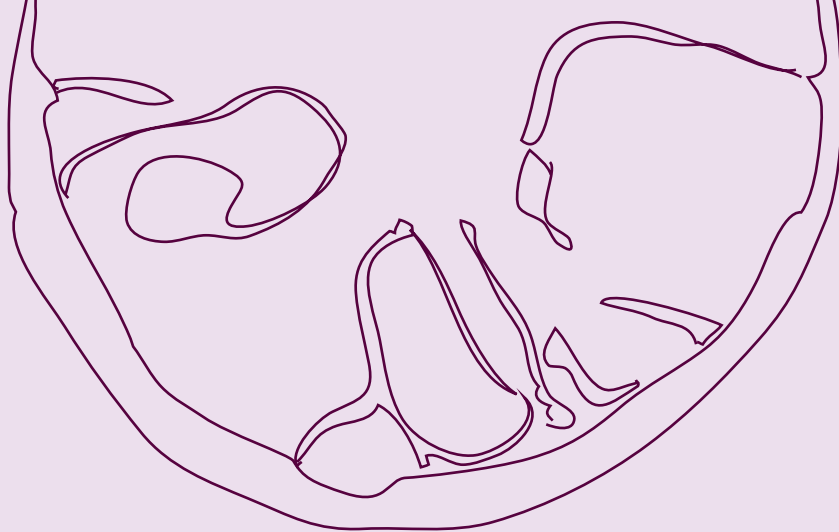


Figura 01 e 02 – Área de manejo de *Euterpe precatoria* na Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro e cachos de açaí *Euterpe oleracea*.
Fotos: respectivamente, Anderson Kwazá e Suellen Manguiera.

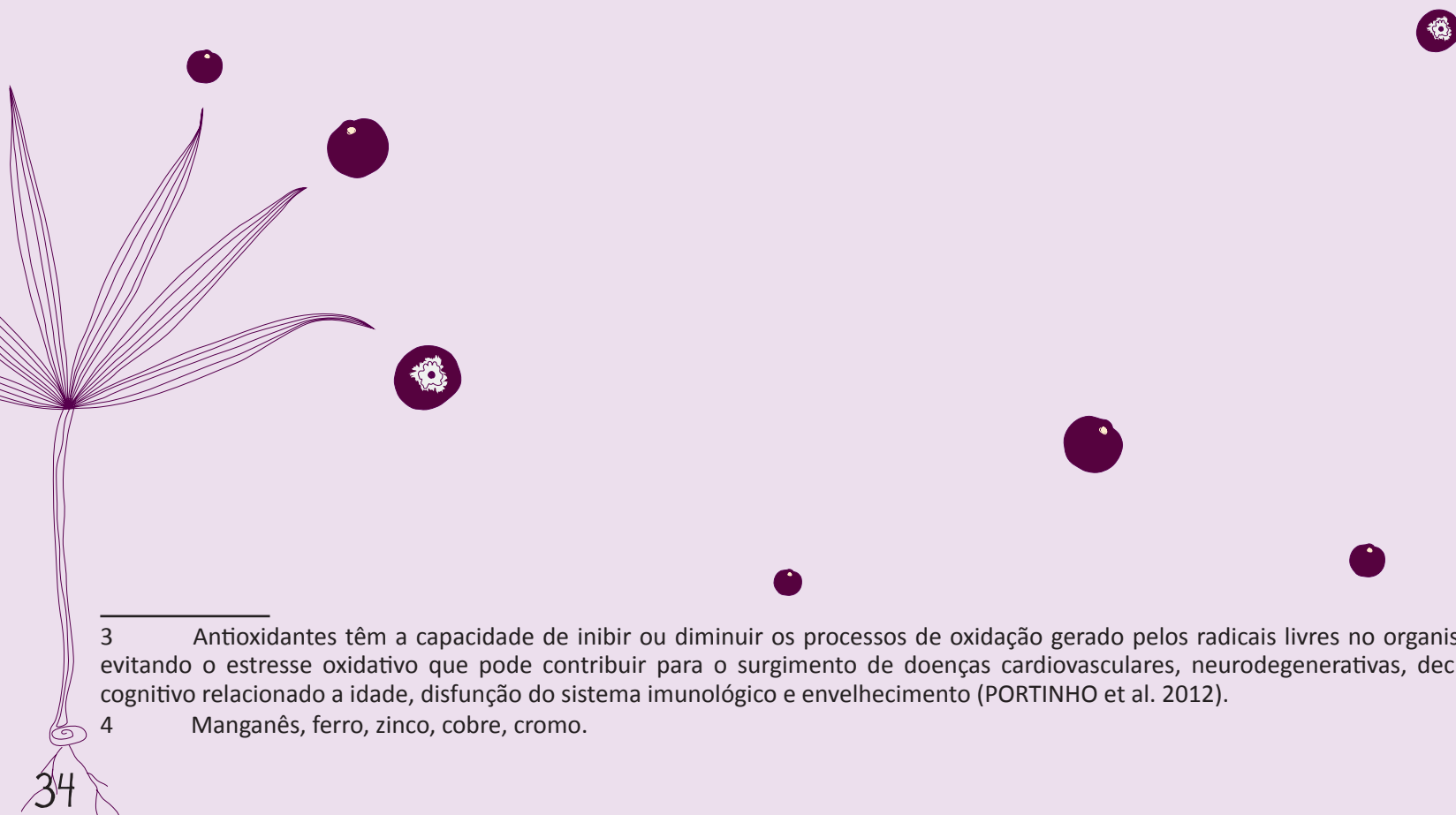


Entre as espécies, há também algumas diferenças em relação ao açaí que provém de cada uma delas. Em comparação com a espécie *Euterpe oleracea*, o fruto da *Euterpe precatoria* possui características antioxidantes e anti-inflamatórias superiores e o rendimento da polpa é maior, mas as características organolépticas são bastante similares, ou seja, as características de aroma e sabor dos frutos. O açazeiro nativo, ou seja, aquele que não foi plantado, gera de dois a seis cachos por ano. Uma palmeira de baixio (áreas de várzea ou alagadas) produz, em média, 7,5 quilos de frutos, enquanto uma palmeira de terra firme produz 8,5 quilos (MARTINON *et al.*, 2017 apud IPAM, 2018). Apesar de, por hectare, o volume de açaí de terra firme ser quase a metade do produzido por açazeiros de baixio, respectivamente 140 e 270 quilos por hectare, a preferência é pela exploração dos de terra firme, que possuem maiores frutos (IPAM, 2018).

Consumido em maior ou menor frequência por todos os estratos da população amazônica, de baixa à alta renda, o açaí está na base do sistema alimentar de comunidades extrativistas que vivem na floresta, de comunidades produtoras do fruto no interior dos estados e das populações de baixa renda de seus municípios. Ele é servido em forma de “vinho”, como é chamada localmente a polpa batida do açaí. Tradicionalmente, a sua produção consistia em deixar o fruto de molho para a polpa se soltar do caroço e depois amassá-la manualmente em peneiras de fibra vegetal, coar e reservar em uma bacia para consumo puro ou com farinha, junto ou após as refeições, a depender da região.

Além de sua importância cultural e para a segurança alimentar e nutricional de famílias amazônicas, o açaí é um dos principais produtos para o desenvolvimento da bioeconomia na região. Isso porque, cada vez mais, o fruto tem ganhado notoriedade econômica pelos benefícios que seu consumo oferece à saúde: além de possuir grande capacidade antioxidante³, a polpa do açaí possui elevado valor energético por conter alto teor de lipídios e por ser rico em carboidratos, fibras, vitaminas E, proteínas e minerais⁴.

A ampla divulgação sobre suas qualidades nutricionais chamou a atenção dos adeptos de uma alimentação saudável por todo o país e no exterior, o que fez com que se proliferassem os locais de comercialização de produtos à base de açaí, como em supermercados, casas de suco, lanchonetes e restaurantes. Dessa forma, desde a década de 1990 há um crescimento significativo do consumo do açaí em outras regiões do Brasil e em outros países, como Estados Unidos e Japão, devido às suas características singulares, qualidades nutricionais e versatilidade no uso culinário e na indústria de cosméticos (IPAM, 2018; BRASIL, 2019).



3 Antioxidantes têm a capacidade de inibir ou diminuir os processos de oxidação gerado pelos radicais livres no organismo, evitando o estresse oxidativo que pode contribuir para o surgimento de doenças cardiovasculares, neurodegenerativas, declínio cognitivo relacionado a idade, disfunção do sistema imunológico e envelhecimento (PORTINHO et al. 2012).

4 Manganês, ferro, zinco, cobre, cromo.



Figura 03 – Açaí cremoso, pronto para consumo – Dallan Açaí.

Foto: Suellen Manguiera.





PRODUÇÃO

MANEJO E CULTIVO



A grande demanda dos mercados nacional e internacional pelo açaí tem gerado mudanças na forma de exploração do fruto. Incentivados pelo aumento sazonal dos preços praticados no mercado, cada vez mais extrativistas têm buscado a prática de manejo dos açaisais nativos com intuito de ampliarem sua produção. Esse manejo é realizado através da seleção e mapeamento de lugares onde são encontrados os açazeiros, com preferência por locais de fácil acesso, próximos às comunidades e com concentração de palmeiras. Ainda assim, o manejo de açaisais apenas em áreas de várzea não tem se mostrado suficiente para atender a contento a expansão da demanda por açaí. Diante disso, muitos produtores têm buscado novas formas de produção através do cultivo em terra firme (NOGUEIRA, 2011), o que também possibilita ofertar açaí no período de entressafra, quando o preço do produto chega a quintuplicar (IPAM, 2018).

Esse sistema de produção em terra firme tem evoluído principalmente no estado do Pará, onde o cultivo ocorre seguindo orientações técnicas sobre espaçamento, irrigação, adubação adequada e seleção de plantas melhoradas geneticamente. Essas técnicas tornam as palmeiras mais produtivas e precoces, aumentando a produtividade média das áreas plantadas, mas a estratégia, porém, tampouco tem se mostrado o bastante para que extrativistas e produtores alcancem a escala necessária ao cumprimento da demanda de atravessadores, batedeiras – micro empreendimentos de processamento do fruto, geralmente para consumo local – e agroindústrias de açaí.

O descompasso entre a produção e demanda pelo mercado por açaí tem levantado questões importantes sobre a sustentabilidade da cadeia de valor do produto. Se bem planejada, o aumento da produção pode incluir novas famílias, aumentando a renda gerada para os extrativistas e agricultores familiares, e se tornar um vetor de conservação da floresta caso áreas já desmatadas sejam reflorestadas com as palmeiras. Entretanto, se não houver um planejamento e visão empresarial sobre os possíveis impactos desta maior demanda, é possível que cada vez mais ocorra a abertura de áreas florestais para o monocultivo do açaí.



Figura 04 – Área de produção de *Euterpe oleracea* – Fazenda Dallan Açaí.

Foto: Suellen Manguiera.

A COLETA DO AÇAÍ

Estima-se que a cadeia do açaí beneficie mais de 120 mil famílias e mais de 200 empreendimentos econômicos de extrativistas e agricultores familiares da Amazônia. Por outro lado, a cadeia possui uma elevada informalidade, dificultando o dimensionamento da importância da atividade para a economia das famílias da Amazônia (INSTITUTO TERROÁ, 2021). A produção do açaí pode ocorrer durante todo o ano, mas é no período da safra, entre agosto e dezembro, que extrativistas e agricultores se dedicam às atividades relacionadas a essa cadeia.

O trabalho do extrativista⁵ na cadeia do açaí, também conhecido como “peconheiro”, inicia-se no momento de escalada no estipe – popularmente chamado de “tronco” – para a coleta dos cachos de açaí. Tradicionalmente, o extrativista primeiro prepara a peconha⁶ e depois sobe a palmeira carregando algum objeto cortante para extrair os cachos, normalmente um terçado (facão). Após o corte, ele desce conduzindo os cachos delicadamente para evitar perdas dos frutos e, em seguida, dá-se início à segunda etapa da extração dos frutos – o debulhamento dos cachos. Ela deve ocorrer sobre lonas para se manter a higiene, separando os frutos de quaisquer materiais diferentes. Logo após, vem o transporte e o armazenamento, durante os quais deve-se evitar o contato dos frutos com outros produtos florestais.

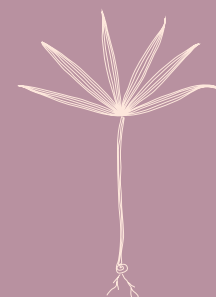
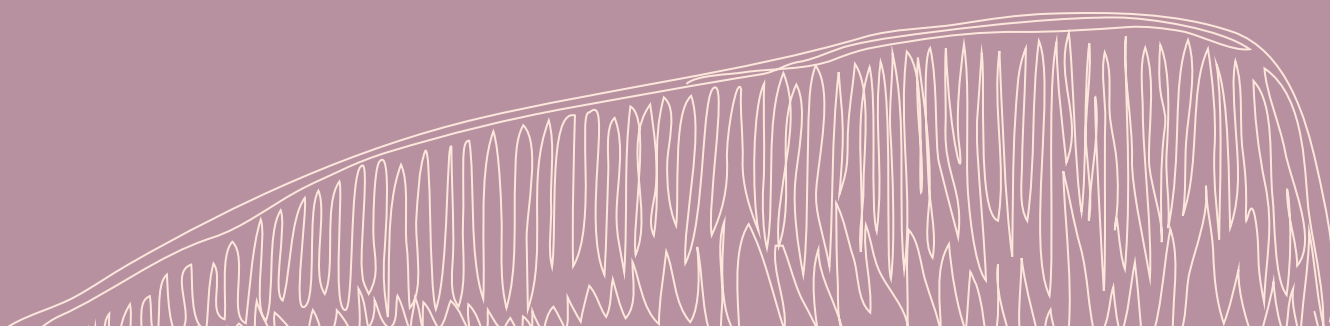
5 O termo “extrativista” abrange, neste caso, produtores que fazem a extração de cachos de açaizeiros nativos e de açaizeiros cultivados.

6 A peconha é o instrumento usado para escalar a estipe do açaí: é feita amarrando-se as duas pontas de uma corda de cipó, folhas de palmeira ou sacos trançados e colocada em volta dos pés para travar o extrativista à palmeira. Com movimentos coordenados entre os pés e as mãos, o extrativista sobe seus pés ao longo do caule e travando os pés ao ganhar altura. Este movimento é repetido até a chegada do extrativista ao topo da palmeira para o corte dos cachos.



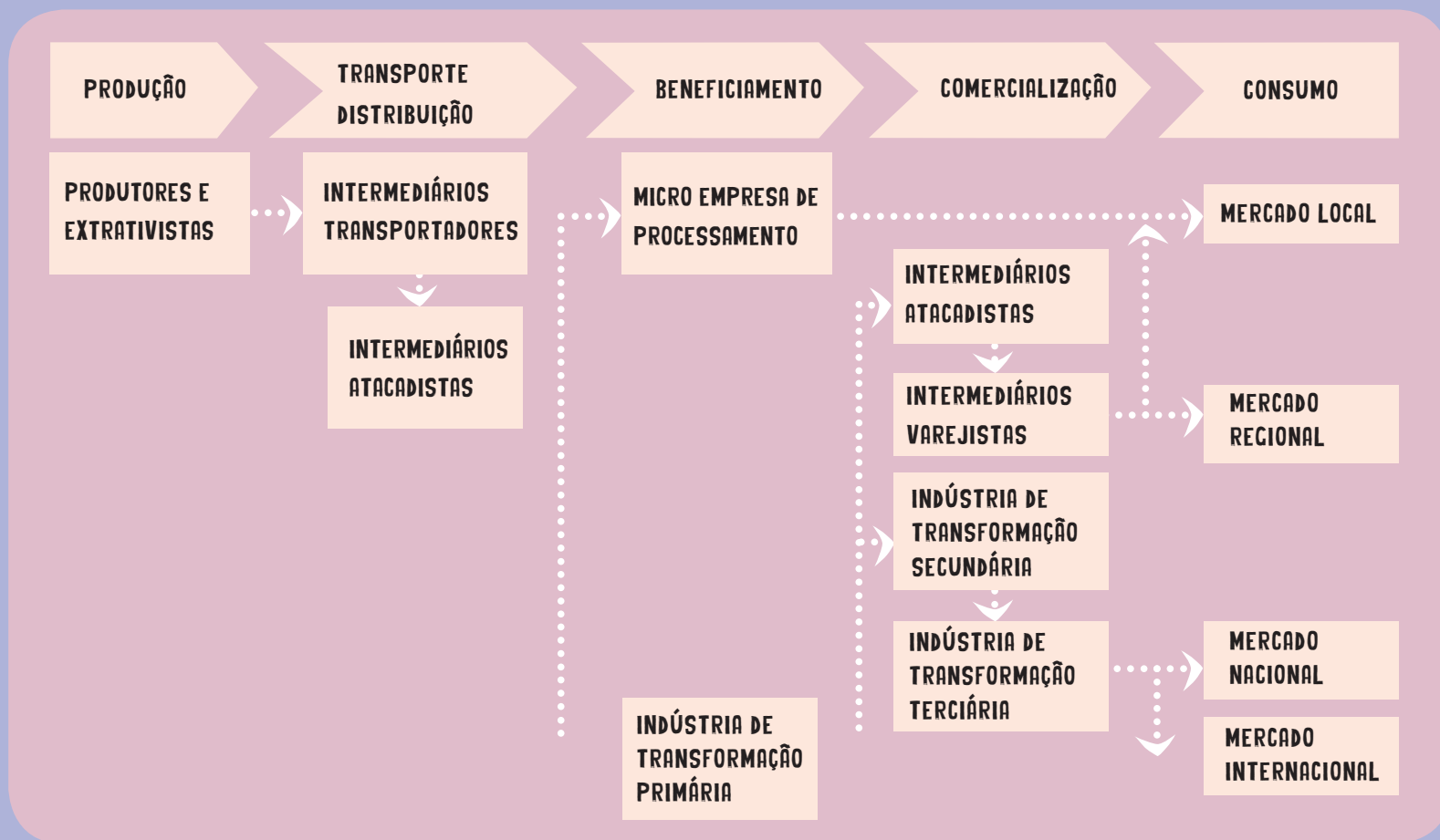
O trabalho dos jovens na execução dessas tarefas, especialmente na coleta dos cachos, é muito valorizado na cadeia de valor do açaí. Além de ser necessário escalar palmeiras com mais de 20 metros de altura para a extração dos cachos, a crescente demanda pelo fruto exige que extrativistas escalem muitas vezes uma mesma palmeira, aumentando o risco de quebra dos estipes – quanto mais leve e ágil o extrativista, o risco tende a ser menor, o que faz com que o jovem seja cada vez mais requisitado para exercer essa atividade. A valorização do trabalho do extrativista, eliminando a situação de pobreza presente em grandes parcelas da população rural, é de suma importância para que não haja ingresso do trabalho infantil na cadeia de valor do açaí.

Visto, então, que a coleta dos cachos de açaí depende do trabalho de jovens, o êxodo rural desse grupo pode ser uma dificuldade para atores da cadeia (HOMMA, 2014 apud IPAM, 2018). Frente ao desafio, a inovação tecnológica e a melhoria nas condições e na segurança do trabalho, que muitas vezes é realizado sem nenhum equipamento de proteção apesar de ser de alto risco, podem contribuir para aumentar o interesse da juventude em permanecer no campo.





TRANSPORTE, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ

Figura 05 – MAPA ILUSTRATIVO DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ



Fonte: Conab, 2013. Elaboração própria.

A representação gráfica acima (Figura 01) sintetiza a cadeia produtiva do açaí na Amazônia. Em seu início, na etapa de produção, encontram-se os extrativistas. A seguir, na etapa de transporte e distribuição, estão os atravessadores ou intermediários ligados à produção ao transporte dos frutos. Há também grandes indústrias que beneficiam o fruto para produção de polpa ou de açaí em pó para serem comercializados em outros estados e/ou no mercado internacional (IPAM, 2018).



O preço do açaí depende das safras: apesar de frutificar o ano todo, a maior parte da colheita do açaí ocorre, em geral, entre os meses de julho a dezembro (EMBRAPA, 2016), podendo variar de região em região. Assim, o açaí tende a ser mais caro durante no primeiro semestre, na entressafra. Com essa variação, algumas bateadeiras podem até mesmo suspender as atividades durante a entressafra, principalmente se as produções forem compradas antecipadamente por agentes econômicos mais poderosos.

A quantidade de açaí negociada depende exclusivamente do tamanho, da densidade de frutos e da quantidade de palmeiras e cachos na área de coleta ou cultivo. Esse açaí pode ser comercializado de diversas formas e a diferentes atores, mas a mais praticada é a venda direta para atravessadores que buscam os frutos debulhados nas áreas de produção. Devido à alta perecibilidade dos frutos, o açaí precisa ser negociado rapidamente e os atravessadores dominam os meios logísticos para entregar o produto a batedores em tempo hábil para que o açaí não estrague – o isolamento de algumas comunidades de produtores e extrativistas e a consequente falta de energia não permitem que haja investimentos para o beneficiamento do açaí em proximidade aos locais de extração.

Nesse sentido, a ação dos intermediários é de grande importância para o funcionamento da cadeia: os extrativistas muitas vezes trabalham com eles por não conseguirem sozinhos transportar sua produção e nem a processar. Por outro lado, os custos envolvidos para que o açaí possa ser beneficiado dentro do prazo ideal afetam o preço de venda do açaí, podendo, inclusive, superá-lo (SOUZA *et al.*, 2013): o transporte deve ser realizado em câmara fria ou com gelo (BRASIL, 2012b), o que eleva os custos arcados pelos intermediários e os induz a pagar um valor muito abaixo do preço de mercado.



O tamanho do circuito entre as áreas de produção de açaí e os mercados também é um fator decisivo para a definição dos preços. A relação entre o valor pago aos extrativistas e a distância entre área de coleta e mercados consumidores tende a ser inversamente proporcional, isto é, quanto maior for a distância entre os locais de produção e o mercado, menor tende a ser o valor pago ao extrativista. Tendo em vista essas questões logísticas, os produtores que cultivam em terra firme têm a vantagem de usar transporte terrestre em contraste com os produtores de áreas de várzea.

Dito isso, quando extrativistas possuem condições para armazenar a produção por um curto período e/ou para escoá-la, é possível que eles próprios consigam transportar os frutos até um batedor e/ou negociar em feiras com atravessadores. Nesses casos, há a possibilidade de conseguirem vendê-la a melhores preços, o que depende da capacidade de articulação dos extrativistas. Além disso, ao negociar diretamente com os batedores, essa dinâmica pode até mesmo eliminar a figura de um primeiro atravessador: quando possuem uma maior capacidade de articulação conjunta, essa possibilidade se torna factível caso os batedores não fiquem tão distantes de suas residências.

Na relação comercial em que atravessadores buscam o açaí nas áreas de produção ou coleta, o pagamento pode ser feito tanto no momento da retirada dos frutos quanto após os atravessadores negociarem com batedores a compra dos frutos que adquiriram dos produtores, deixando pouco ou nenhum espaço de barganha por parte dos extrativistas. Como é comum que os atravessadores não possuam capital de giro, a segunda forma de comercialização termina por ser a mais recorrente. Importante notar que, comumente, o preço pago pelos atravessadores é considerado excessivamente baixo, não compensando a extração dos frutos em açais distantes de suas residências, seja pelo aumento do risco de deterioração ou pelo esforço.





Outra forma de venda de açai ocorre quando os atravessadores ou batedores possuem uma equipe de peconheiros que são contratados para coletar açai em outras propriedades, pagando ao dono da área de coleta valores similares aos praticados por atravessadores locais. Para esses peconheiros, o mais importante é coletar rapidamente a maior quantidade de frutos possível, conforme a capacidade de carga disponível. Assim, não necessariamente tomam os devidos cuidados durante o manejo dos açaiçais, podendo comprometer colheitas futuras ao cortarem palmeiras para extração dos cachos.

Há também a negociação através da venda antecipada da safra, pouco comum. Ela ocorre quando o dono da área do açaiçal precisa de dinheiro e, assim, vende a produção de toda ou parte de sua área de açaiçal de forma adiantada para um atravessador que irá marcar uma data para a retirada da produção. Normalmente, o cálculo prévio sobre o tamanho da produção é inferior ao potencial de produção do açaiçal, garantindo bons lucros para os atravessadores e prejuízo para os donos das áreas dos açaiçais. Nesse tipo de comercialização, eles ficam inclusive impedidos de realizar a extração de frutos para a subsistência da família nas áreas cuja retirada dos frutos já foi negociada.

A respeito do beneficiamento do açai em polpa e seu comércio, essas etapas ocorrem de diversas maneiras e podem envolver diversos atores: associações e batedores de açai, cooperativas, agroindústrias de transformação, atacadistas, varejistas, exportadores e consumidores (HOMMA *et al.*, 2014). O preço varia conforme a viscosidade e teor de sólidos da polpa, podendo ser grossa, média ou fina/popular: respectivamente, tipo A (concentração de 14% de sólidos totais), tipo B (11% a 14% de sólidos totais) e tipo C (8% a 14% de sólidos totais) (IPAM, 2018)

Na região norte do Brasil, a cadeia mais comum é a “cadeia curta do açaí”, que se caracteriza por pontos de venda em que o açaí é beneficiado para consumo local, chamados de batedeiras. Há também pequenas indústrias de polpas de fruta que incluem a polpa do açaí em seu portfólio. Essas indústrias abastecem locais como restaurantes e lanchonetes e/ou fazem a venda diretamente ao consumidor.

Por fim, há também as indústrias de transformação que realizam beneficiamento de maior complexidade e que, na grande maioria das vezes, atendem aos critérios de certificações nacionais e internacionais, seguindo os padrões necessários à exportação. Esse beneficiamento voltado à exportação é feito por uma quantidade ainda pequena de empresas, mas que adquirem uma grande quantidade de açaí, e em proximidade a regiões e comunidades produtoras do fruto, principalmente no Pará, estado responsável por 95% da produção nacional (CONAB, 2021a).



SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE VALOR DO AÇAÍ

A cadeia de valor do açaí está diretamente associada aos modos de vida das comunidades da Amazônia e possui enorme potencial para a conservação da floresta. Inicialmente, aliás, o aumento da demanda por açaí contribuiu para a manutenção dos açazeiros em pé: os frutos passaram a ser mais cobiçados pelos mercados do que o palmito, gerando renda às populações ribeirinhas de forma sustentável. A expansão do cultivo do açaí de forma desordenada para suprir o crescente mercado nacional e internacional, porém, tem sido apontada por organizações ligadas à proteção socioambiental como o principal fator de risco para que a produção não atenda a requisitos de justiça social, conservação ambiental e desenvolvimento econômico.

A respeito dos impactos ambientais nas áreas de várzea, o manejo incorreto dos açazeiros nativos tem comprometido a diversidade da fauna e da flora a partir da construção de canais para drenar a água (IPAM, 2018) e da substituição integral ou parcial da cobertura vegetal nos locais selecionados por extrativistas através do mapeamento, deixando apenas as plantas que têm algum valor econômico e inserindo novas mudas de açaí.





Sobre as áreas de terra firme, observa-se o início da abertura de floresta visando à implantação da monocultura do açaí, com sistemas de irrigação, adubação e controle de pragas. O uso desses aditivos químicos contribui para a erosão genética e à perda de diversidade biológica (flora e fauna), com efeitos na reposição dos nutrientes dos solos e levando à redução da produtividade das áreas de açaí, com consequente aumento do uso de fertilizantes – um ciclo expansionista de uso de terras e de químicos deletérios para a saúde humana e para a biodiversidade.

Ademais, os estados produtores ainda carecem de políticas de gestão de resíduos sólidos que deem conta da enorme quantia de sementes, popularmente chamadas de caroço, descartadas após o beneficiamento do açaí. Além do próprio crescimento da demanda pelo fruto, que somente é exportado em sua forma beneficiada, outro fator importante para se dimensionar esse cenário é o fato de que o seu rendimento é muito baixo – as sementes representam 75% da sua massa média, que é de 1,46g (PESSOA e SILVA, 2007). Isso significa que, para cada tonelada de açaí que é beneficiada, um estado produtor precisa arcar com aproximadamente 750kg em caroços.



Além dos prejuízos ambientais, essa expansão pode levar ao acirramento de disputas fundiárias para o acúmulo de terras e capital e para exploração comercial do açaí cultivado em forma de monocultura com uso de pesticidas. Tem-se observado também uma tendência à implantação dessas áreas de plantio de açaí em regiões próximas aos centros consumidores urbanos, o que pode constituir uma ameaça à produção extrativista e à sustentabilidade da cadeia por tornar necessária a adoção dessas práticas e tecnologias que caracterizam a monocultura. Caso essa forma de produção continue a crescer, o açaí oriundo do extrativismo pode se tornar um item caro para o mercado se comparado ao açaí plantado, perdendo competitividade e fazendo com que as palmeiras sirvam apenas para a exploração do palmito, que pode vir a ser mais rentável e se tornar o único produto economicamente viável (IPAM, 2018). O avanço do cultivo domesticado também pode vir a possibilitar a produção de açaí na Mata Atlântica, em regiões próximas aos maiores centros comerciais do país e quiçá até mesmo em outros países, como aconteceu com outros gêneros amazônicos como a seringueira, o cacau e o guaraná (HOMMA et al, 2006). Nesse cenário, a apropriação do fruto amazônico não apenas afetaria os extrativistas, mas toda a bioeconomia local e regional do açaí.

Em relação aos prejuízos sociais do aumento da demanda por açaí, deve-se levar consideração que o açaí é um alimento que compõe a base da alimentação de muitas famílias na Amazônia e o aumento de preços resultante da produção fora do período de safra atinge os consumidores locais. Há também o risco de famílias extrativistas e/ou produtoras darem preferência a vender o produto e usar o que ganham para comprar alimentos de menor valor nutritivo. Isso tem impacto sobre a segurança alimentar da população de baixa renda e sobre a cultura alimentar da população amazônica em geral, que ainda é o maior mercado consumidor do açaí (CONAB, 2013).

Para reverter esse quadro, é necessário que o mercado incentive o estabelecimento de laços éticos entre empresas e comunidades, adotando padrões de sustentabilidade que valorizem o trabalho do extrativista sem pressionar a exploração dos açaizais. Devem também ser implementados incentivos para a verticalização da produção, buscando agregar valor logo no primeiro elo da cadeia: possuir a capacidade instalada para beneficiar os frutos em até 36 horas após sua colheita (CONAB, 2013 e EMBRAPA, 2005 apud IPAM, 2018) permitiria às comunidades a criação de estoques para negociar o produto por maior preço durante as entressafras, quando paga-se mais pelo açaí (IPAM, 2018).



Além disso, é de suma importância que a demanda pelo fruto seja atendida através do manejo sustentável dos açazais, assegurando os modos de vida das comunidades tradicionais e de agricultores familiares, ainda mais se tiverem conectados a políticas públicas. Nesse sentido, uma das possibilidades para se responder às grandes demandas por açaí de forma responsável com a natureza e justa com produtores é capacitá-los para que a produção seja feita através de sistemas agroflorestais (SAFs). Através desses sistemas, o plantio de açaí é feito em consórcio com outras variedades de plantas cujas safras ocorrem durante a entressafra do açaí. Os SAFs podem ser montados com plantas alimentícias e/ou de alguma importância econômica, garantindo um fluxo econômico contínuo e renda para as famílias durante todo o ano, mesmo em uma pequena propriedade.





Amazonbai - Fruto De Protocolo Comunitário

Geová Alves



amazonbai.com.br/



Figura 06 – Extrativista Amazonbai. **Foto:** cedida por Amazonbai.

Com a finalidade de estruturar as cadeias produtivas locais, em especial a do açaí, e de gerar desenvolvimento local e melhoria de qualidade de vida, a AMAZONBAI – Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique e Beira Amazonas foi fundada em 2017 por 37 produtores do Arquipélago do Bailique, um distrito de Macapá (AP) que fica a 180km de distância da foz do Rio Amazonas. Hoje a AMAZONBAI conta com 141 sócios, sendo que 98 deles são produtores do Bailique e 43, do Beira Amazonas, um território vizinho.

A AMAZONBAI foi criada depois de um processo intenso de debates e capacitações iniciados em 2014 no âmbito de discussão e implementação do Protocolo Comunitário do Bailique. Esse protocolo, segundo a metodologia desenvolvida no Bailique, é um instrumento de gestão e de proteção do território e do conhecimento tradicional associado ao uso do patrimônio genético. Além de visar à melhoria da relação com o poder público e com os demais atores externos, ele também possibilita a criação de acordos coletivos para um melhor relacionamento entre as próprias comunidades e entre seus moradores.

O Protocolo Comunitário permite ainda o levantamento de demandas dessas comunidades no que diz respeito à saúde, à educação, às políticas públicas, ao meio ambiente e ao desenvolvimento econômico. Para isso, a ACTB (Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique), entidade criada em 2015 para representar o Protocolo do Bailique, realizou de 2014 a 2016 o que se chamou de Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Bailique. A partir dele, identificou-se as prioridades dessas comunidades e quais as cadeias produtivas locais que tinham potencial de realmente gerar desenvolvimento local.

Dentre elas, constatou-se que o açaí era o produto de maior importância e, assim, um pequeno grupo de produtores decidiu criar a AMAZONBAI. Paralelamente a isso, depois de muita discussão com o Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação, em 2017 o território recebeu um Centro de Vocação Tecnológica (CVT), o que era uma demanda do Grupo de Trabalho da Juventude da ACTB para formar jovens que recentemente terminaram o ensino médio em um curso técnico em alimentos. Hoje já temos mais de 50 jovens formados e muitos estão trabalhando na ACTB e na AMAZONBAI em diversas frentes de trabalho do projeto e na agroindústria da cooperativa.

A missão da AMAZONBAI passou a ser melhorar a qualidade de vida desses produtores sócios e para isso era primordial que se colocasse no mercado um produto diferenciado, de alta qualidade e certificado com selo internacional de impacto mundial. Sendo assim, em 2016 a ACTB obteve o certificado FSC® para os açaizais do Bailique e apresentou para o mundo o primeiro açaí oriundo de manejo de mínimo impacto certificado. Em 2018, a ACTB repassou a certificação para a AMAZONBAI, que hoje tem o domínio sobre praticamente todas as etapas dessa cadeia produtiva: manejo, certificação, escoamento da produção, processamento de polpas e de outros produtos em fábrica própria e equipe comercial e de marketing, atuando no mercado dentro e fora do Brasil.

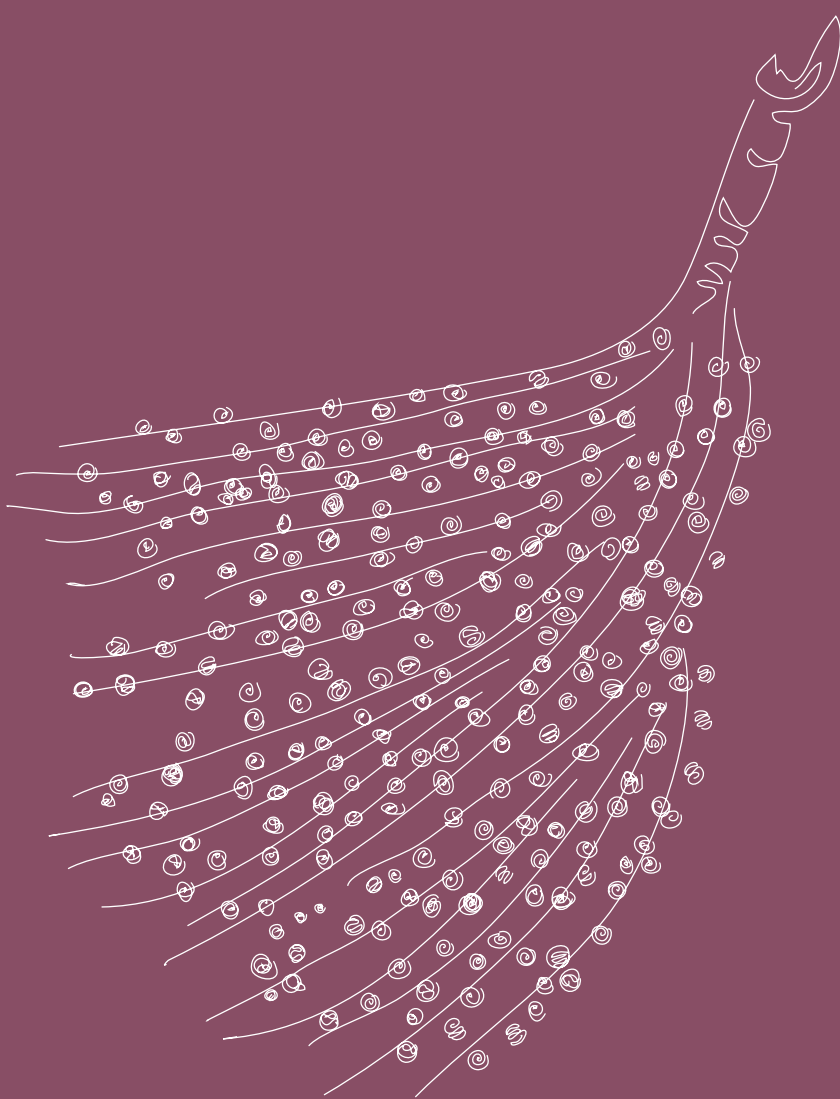
Em 2021, a AMAZONBAI iniciou a construção do seu planejamento estratégico para os próximos 10 anos e, em paralelo, a cooperativa está trabalhando na estruturação de um projeto pioneiro voltado à educação de qualidade na região – todos nós entendemos que não existe desenvolvimento sem investir em educação de qualidade. Para isso, os sócios fundadores decidiram criar um fundo financeiro do qual 5% do faturamento será investido na construção e manutenção de uma Escola Família na região, que será inaugurada em 2022.

Esse é um resumo da história da AMAZONBAI, uma cooperativa de produtores ribeirinhos que formularam e homologaram acordos coletivos de convivência, lutam por garantias de direitos e políticas públicas, buscaram capacitações, investem em educação e, hoje, não apenas oferecem ao mercado um produto de alta qualidade e segurança, mas também uma história de lutas e de grandes resultados positivos.



O MERCADO

CAPÍTULO 2



O MERCADO DO AÇAÍ

Em 2019, o mercado global do açaí foi estimado em US\$ 720 milhões e a sua comercialização, segundo o relatório recente do Centro de Empreendedorismo da Amazônia, tem crescido a uma taxa média de 12,6% ao ano (SMERALDI e SANTOS, 2021). O mesmo relatório menciona que a previsão é de que esse mercado, dominado pela espécie *Euterpe oleracea*, alcance US\$ 2,1 bilhões até 2025. Junto ao papel que cumpre para segurança alimentar e nutricional na Amazônia, esses dados explicam o porquê de o açaí ser o mais importante produto florestal não madeireiro (PFNM) da região (IPAM, 2018; MACHADO, 2019).

Como visto no capítulo anterior, o açaí ganhou popularidade fora da Amazônia em meados da década de 1990, movimento que foi acompanhado pela criação de produtos adaptados a culturas alimentares diferentes da do Norte. A partir de então, a produção passou a também atender demandas de grandes mercados nacionais, como o sudeste brasileiro, e internacionais, como os países do Nafta¹, da União Europeia, do Mercosul e os Tigres Asiáticos² (HOMMA, 2001; SOUZA *et al.*, 2011). Esse crescimento consolidou a posição do Brasil como o maior produtor do fruto e exportador de suas preparações no mundo e levou a mudanças no modo de produção, com expansão dos açaizais cultivados em áreas de várzeas e em áreas de terra firme (FARIAS NETO *et al.*, 2011).

1 Nafta é o acordo de livre comércio da América do Norte que objetiva reduzir as barreiras ao comércio entre países membros. Foi assinado em 1994 e é formado pelos Estados Unidos, México e Canadá. O Chile participa do acordo como um país associado.

2 O termo “Tigres Asiáticos” abarca Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan. São países que vivenciaram um rápido processo de industrialização entre os anos de 1960 e 1990.

Gráfico 01 – PRODUÇÃO BRASILEIRA DE AÇAÍ EXTRATIVO

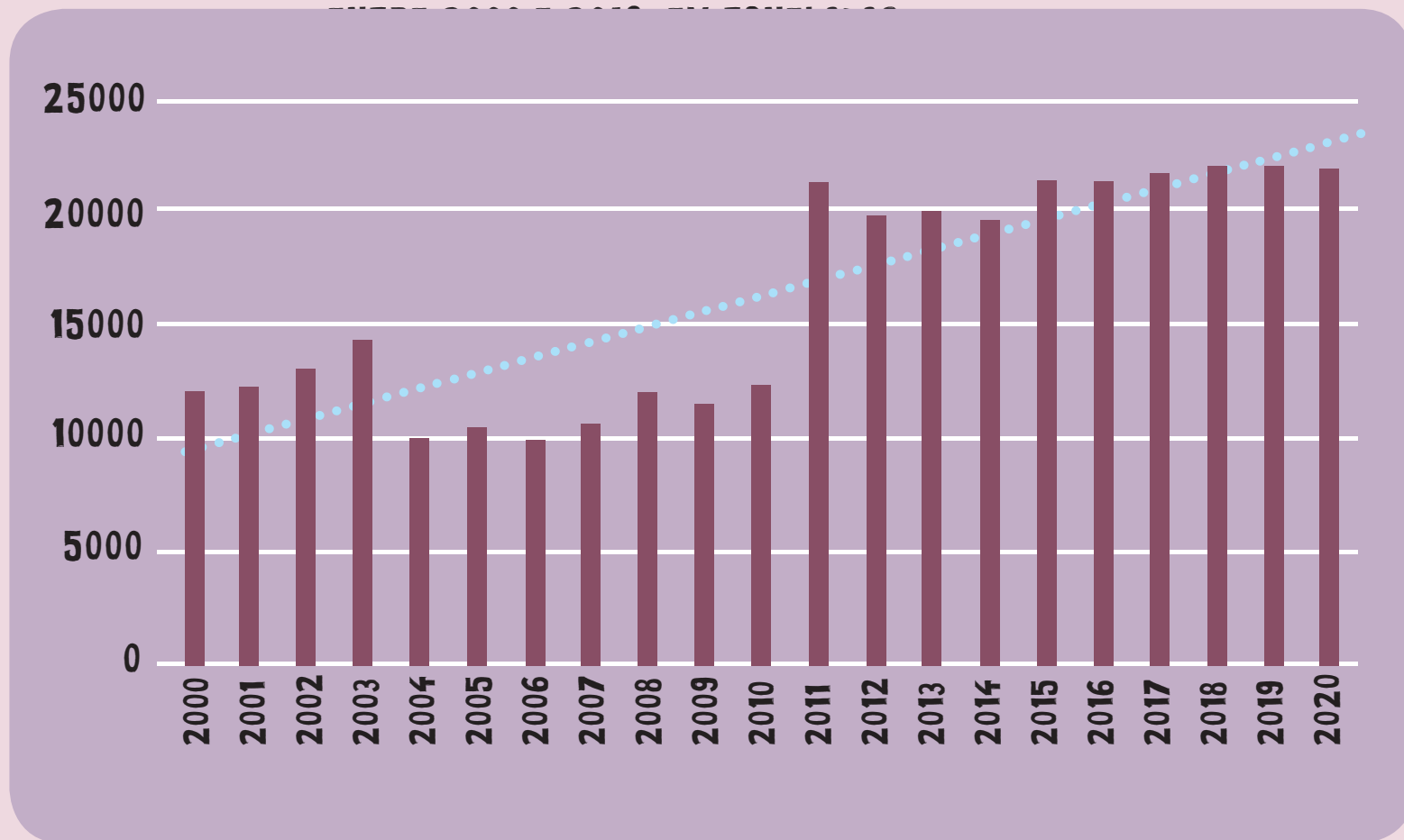


Gráfico 01 – Os dados referentes à produção extrativa de açaí mostram uma tendência crescente, com aumento de produção entre 2000 e 2020. Como será apresentado neste capítulo, a mesma tendência pode ser observada no caso do açaí cultivado. **Fonte:** Elaborado pelo autor com base em dados disponibilizados na pesquisa Produção da Extração

Vegetal e da Silvicultura – PEVS (IBGE, 2020a).

Apesar do aumento recente da produção de açaí, puxado pela valorização do produto, pelo avanço tecnológico e por novas formas de produção manejada, a oferta progride em ritmo inferior ao necessário para atender à crescente demanda pelo fruto (SANTANA e COSTA, 2008). Esse crescimento, que ocorre de forma desordenada, tem também causado pressões sobre ecossistemas e sobre o preço do produto, cuja trajetória também crescente atinge os consumidores da região norte, podendo modificar hábitos alimentares da cultura local.

Dentre as formas de se reverter esse quadro e de o aumento da produção se tornar sustentável está o incentivo a empreendimentos comunitários que contribuem para a conservação socioambiental. As possibilidades estratégicas para um melhor posicionamento desses empreendimentos dentro da cadeia de valor do açaí e de seu mercado dependem da articulação com instituições técnicas que contribuem para que sejam atingidos certos padrões de sustentabilidade³ e para o estabelecimento de parcerias comerciais diferenciadas que valorizam a produção e o trabalho desses produtores e extrativistas.

3 Esquemas de certificação utilizados em elos como associações, cooperativas e empresas certificadas.



O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE AÇAÍ

A partir de 2015, a produção de açaí cultivado passou a ser divulgada pela pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM), do IBGE, e a tendência que esses dados revelam é de aumento, embora cinco anos de trajetória seja período curto para uma análise fidedigna e consistente. Até então, os dados sobre a produção de açaí eram somente os fornecidos pela Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS), divulgada também pelo IBGE.

Além do aumento no total produzido pelo país, os dados da PAM mostram também que houve o crescimento da área plantada ou destinada à colheita de açaí no Brasil, que cresceu 61,7% entre os anos de 2015 e 2020⁴. Esse acréscimo da área plantada ou destinada à colheita do açaí fez com que aumentasse a participação do açaí no total da área plantada ou destinada à colheita de todos os produtos no Brasil⁵: o percentual era de 0,18% em 2015 e passou para 0,27% em 2020 (IBGE 2020b).

4 A área passou de 136.915 hectares em 2015 para 221.508 hectares em 2020.

5 Foram consideradas tanto as lavouras temporárias quanto as permanentes.

**Gráfico 02 – PRODUÇÃO BRASILEIRA DE AÇAÍ EXTRATIVO ENTRE 2000 E 2014
E DE AÇAÍ EXTRATIVO E CULTIVADO A PARTIR DE 2015, EM TONELADAS**

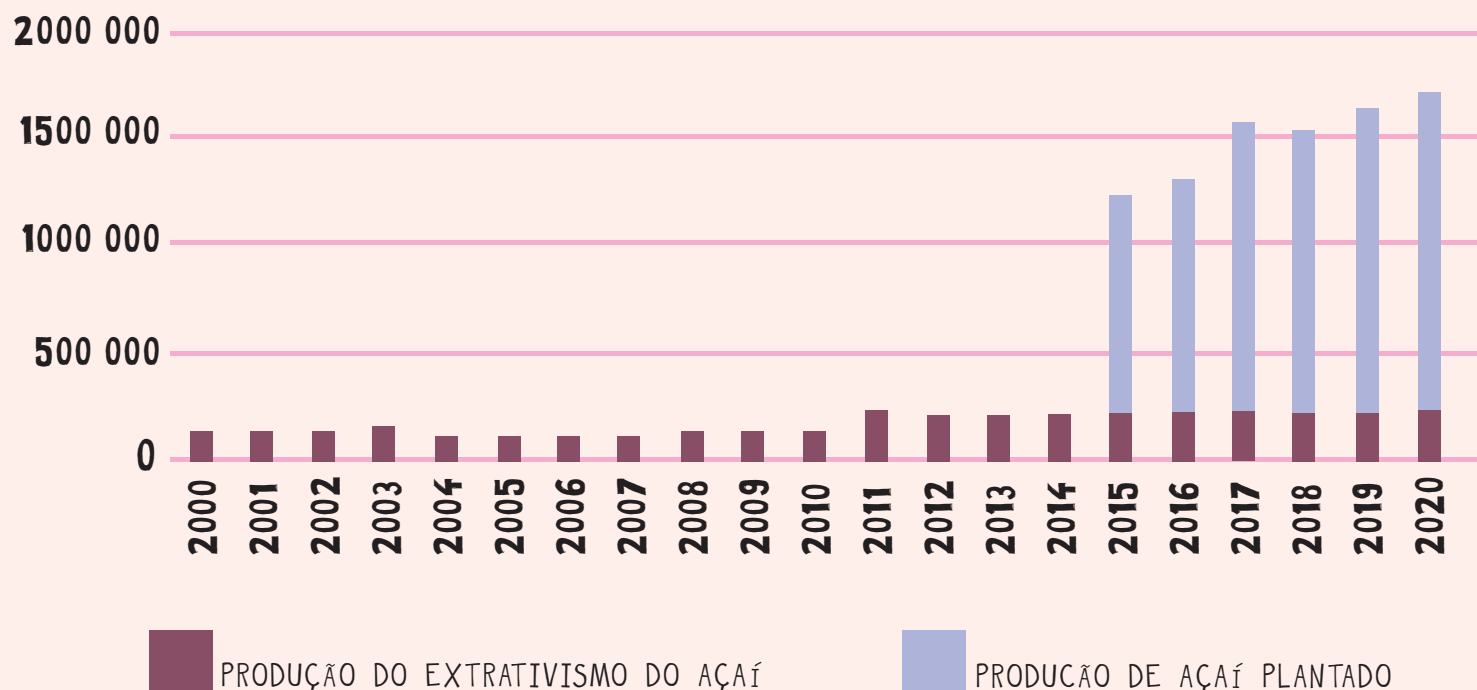


Gráfico 02 – A produção de açaí cultivado no país passou a ser divulgada apenas a partir de 2015, o que levou a um grande salto nos registros da quantidade total. **Fonte:** IBGE, 2020a, 2020b. Elaboração própria.

A soma dos dados da PAM e da PEVS (IBGE, 2020a, 2020b) para produção de açaí no período de 2000 a 2020 é representada pelo Gráfico 02. Nele, fica evidente o quanto a adição dos dados sobre açaí cultivado contribui com os valores da quantidade total de açaí produzido no Brasil, antes apenas representada pelo açaí extrativo (2000 a 2014). O Gráfico 03 confirma a grande diferença entre a produção de açaí cultivado e extrativo ao mostrar a participação de cada um no total da produção brasileira em percentuais. A título de exemplo, a produção nacional de açaí em 2020 foi majoritariamente de cultivo (87%), sendo apenas 13% realizada de forma extrativa.

Gráfico 03 – PARTICIPAÇÃO DE AÇAÍ CULTIVADO E EXTRATIVO NA PRODUÇÃO TOTAL DE AÇAÍ (2015 - 2018).

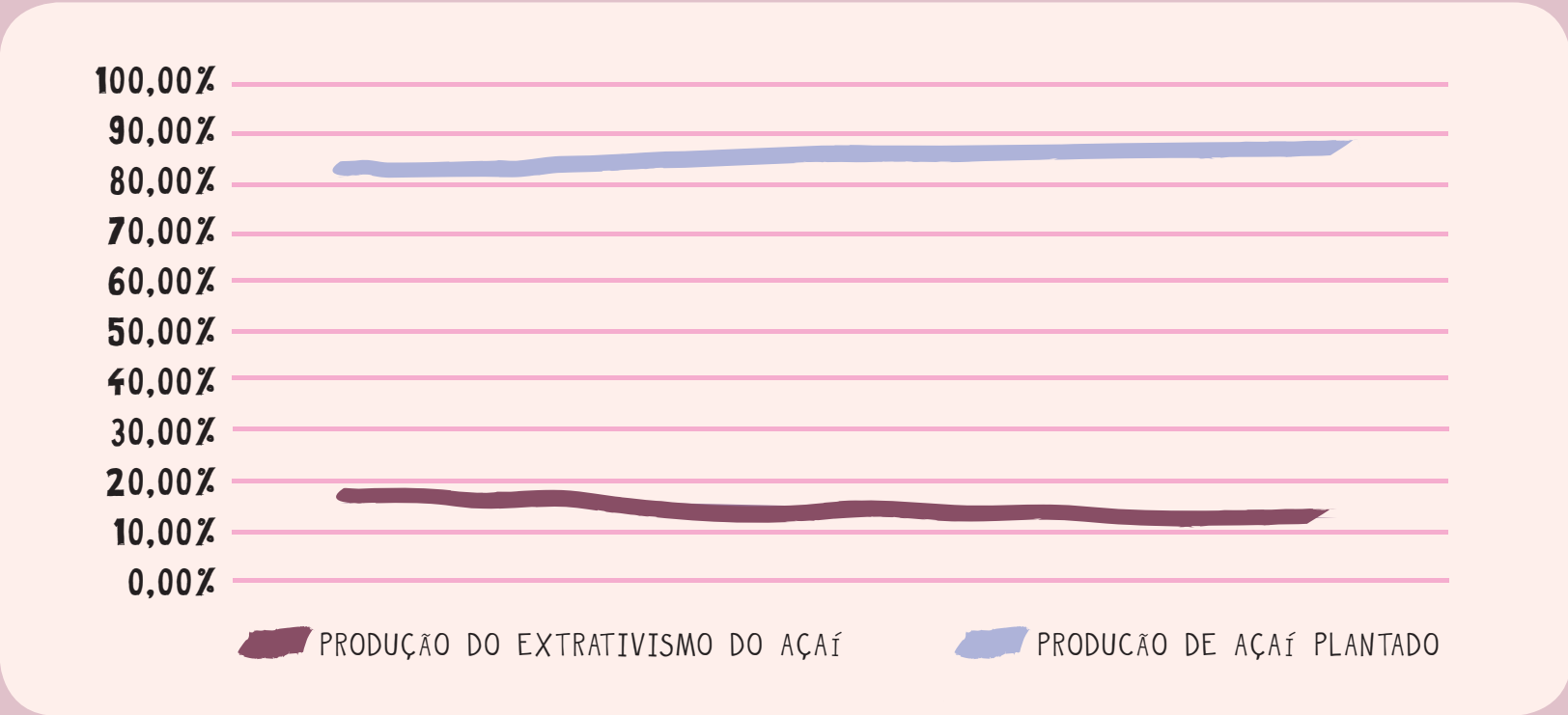


Gráfico 03 – Além de ser maior do que a do açaí extrativo, a participação do açaí cultivado no total da produção brasileira apresentou tendência crescente entre 2015 e 2020. Fonte: IBGE, 2020a, 2020b. Elaboração própria.

Mesmo com o crescimento da produção nos últimos anos, tanto do açaí plantado quanto do extraído, o valor da produção anual de açaí para o período de 2000 a 2020 oscilou entre aumento e redução de índices, ocorrendo situações em que, no mesmo período, o total produzido aumentou, mas o valor da produção diminuiu. Quando se faz a distinção entre o valor anual da produção de açaí extrativo e de açaí cultivado, que apresentam tendências de aumento com comportamentos distintos, a oscilação pode ser notada no caso do segundo – os dados da PAM sobre o valor da produção de açaí cultivado para o período de 2015 a 2020 variaram bastante (Gráfico 04), com superação dos valores do primeiro ano da série (4 bilhões de reais) ocorrendo somente em 2020, com 4,75 bilhões de reais. Por outro lado, os valores divulgados pela PEVS a respeito da produção de açaí extraído são crescentes no período de 2000 a 2019 (Gráfico 05), sem oscilações significativas.

Gráfico 04 – VALOR DA PRODUÇÃO DE AÇAÍ CULTIVADO ENTRE 2015 E 2020 (MIL REAIS).

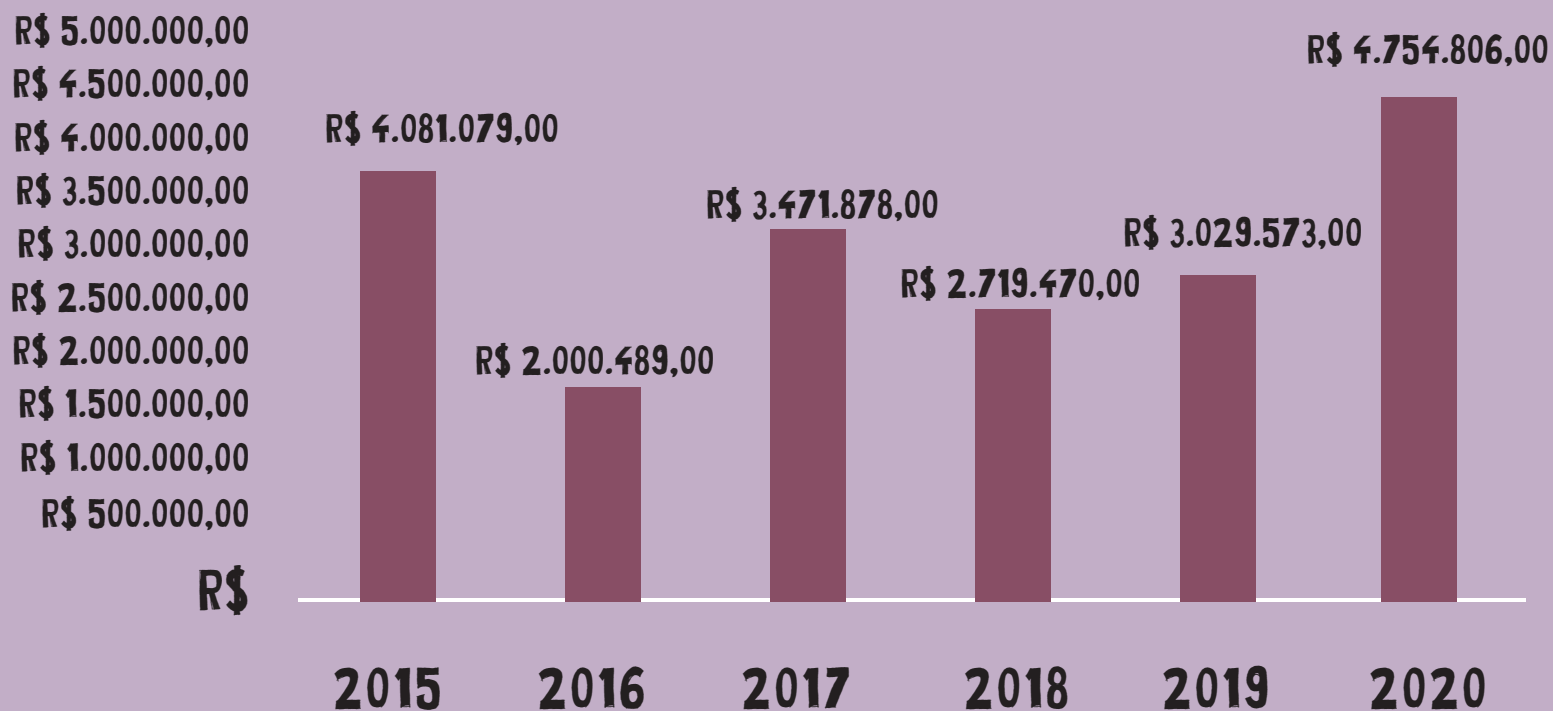


Gráfico 04 – O valor da produção anual de açaí cultivado vinha diminuindo ao longo dos anos, mas em 2020 houve tanto um crescimento da produção quanto do seu valor, que chegou a mais de R\$4,75 bilhões. **Fonte:** IBGE, 2020b. Elaboração própria.

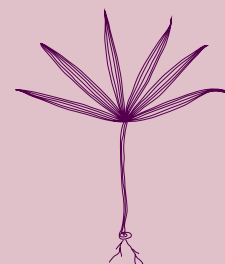


Gráfico 05 – VALOR DA PRODUÇÃO DO AÇAÍ EXTRATIVO ENTRE 2000 E 2020 (MIL REAIS).

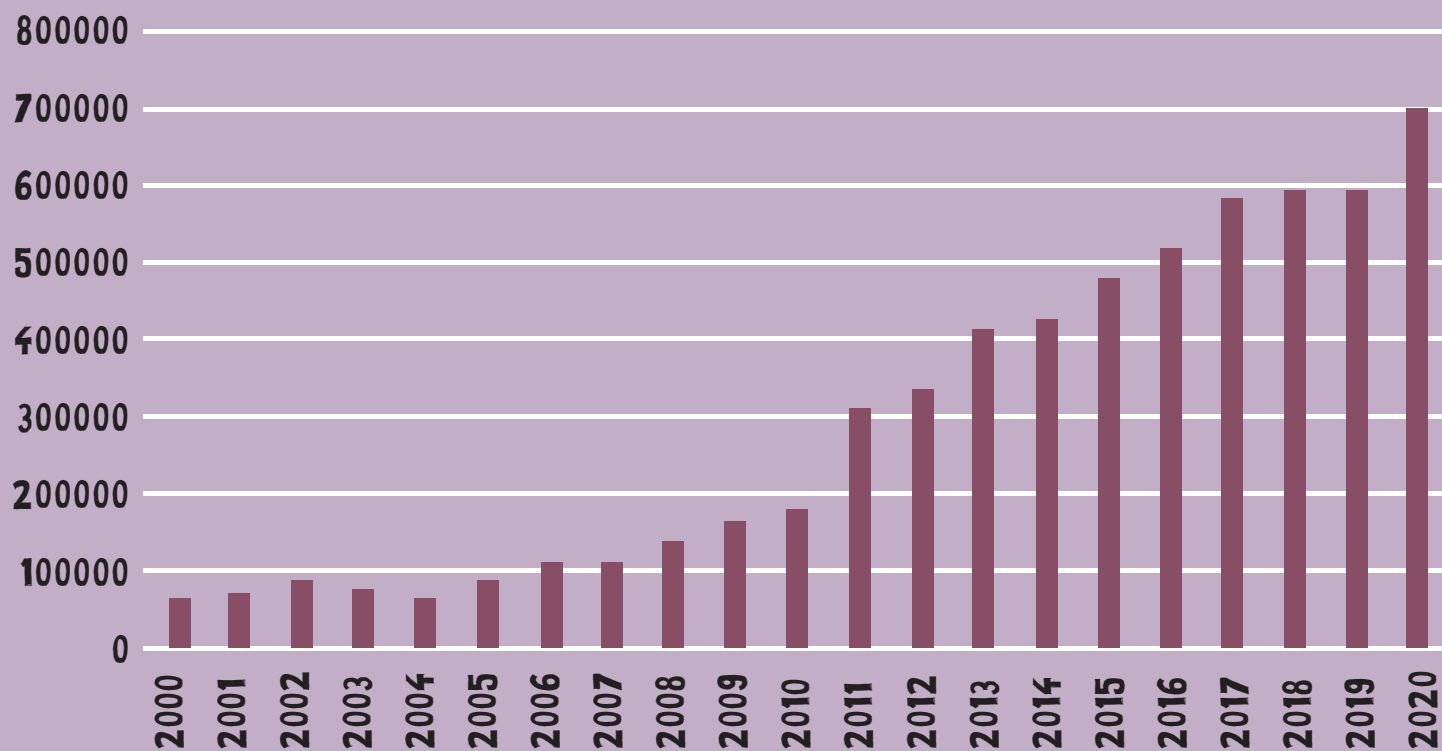


Gráfico 05 – O crescimento da produção de açaí extrativo tem sido consistente ao longo das últimas duas décadas, com poucas variações no período. **Fonte:** IBGE, 2020a. Elaboração própria.

Pode-se justificar esses comportamentos a partir de variáveis de mercado que determinam a pressão da oferta e da demanda e características da produção do açaí. Enquanto o açaí cultivado precisa de um tempo para que a planta cresça e comece a dar frutos, nas áreas de várzea existem palmeiras de açaí cujos cachos que sequer são colhidos caso os preços não compensem o esforço. Isso justifica o crescimento de produção e do valor pago por essa produção ter um crescimento constante, com uma menor oscilação tanto da quantia produzida quanto do valor pago em relação ao açaí cultivado, cujo aumento da oferta depende do planejamento prévio de agricultores.

Outro importante fator sobre a variação de valores é a que ocorre em função da sazonalidade do fruto: no período de entressafra, as grandes indústrias processadoras de açaí enfrentam uma queda ou descontinuidade no fornecimento, aumentando os valores pagos pelo açaí. Nesse quesito, o açaí cultivado possui a vantagem em relação ao extrativo por poder ser ofertado também na entressafra. A variação sazonal de preços para o fruto e, consequentemente, para as polpas pode ser notada no Gráfico 06, que mostra o máximo, o mínimo e a média do valor pago pelo quilo do fruto, organizados por mês e levando em consideração dados para o período de 2014 a 2021⁶.

6 Utilizamos dados do estado do Pará como proxy dos preços pagos no Brasil pelo estado ser responsável por mais de 95% da produção nacional (CONAB, 2021a).

Gráfico 06 – VALORES MÁXIMOS, MÉDIOS E MÍNIMOS DO QUILO DE AÇAÍ PAGO AO PRODUTOR MÊS A MÊS DURANTE O PERÍODO DE JANEIRO DE 2014 A DEZEMBRO DE 2021

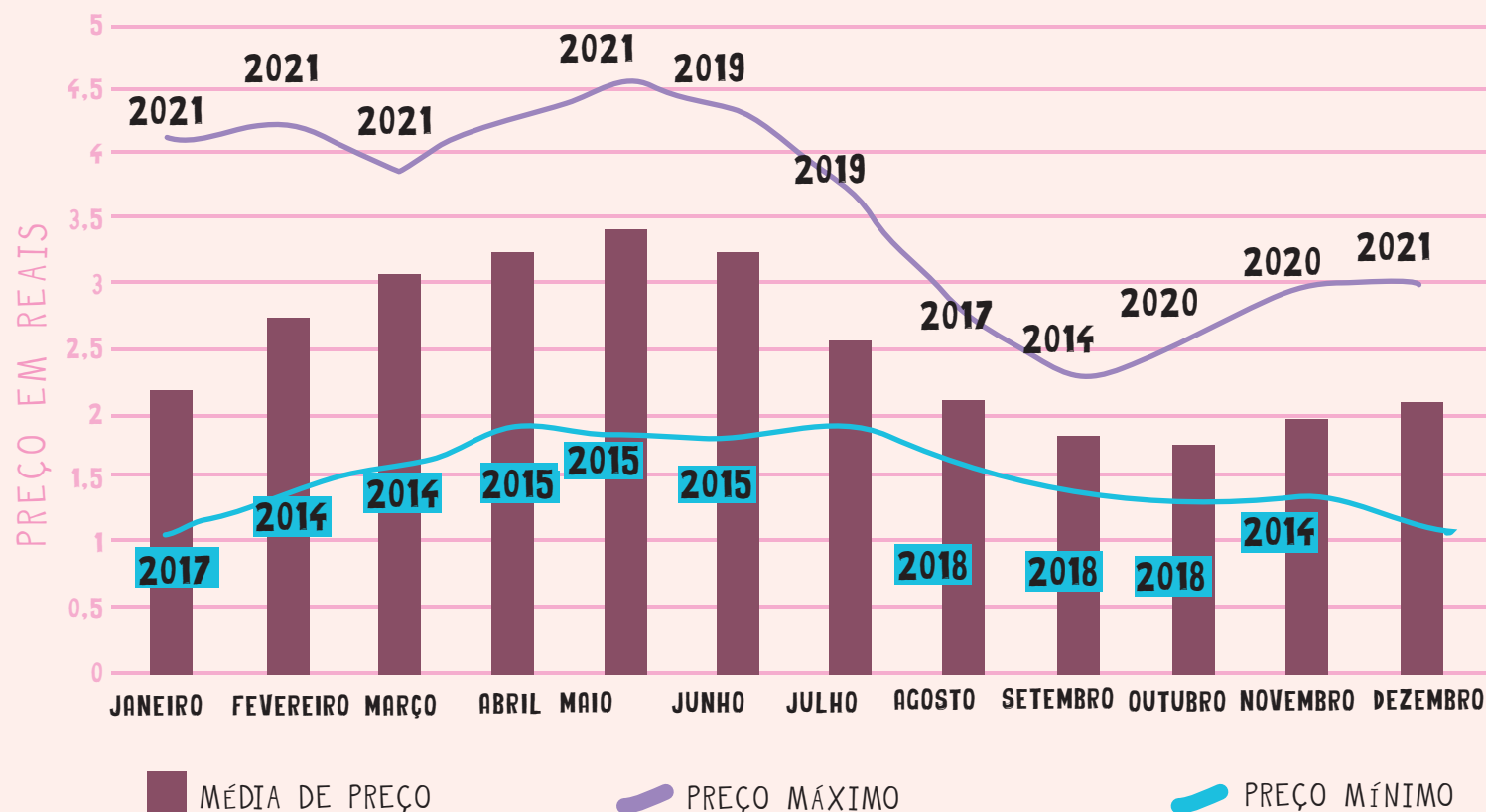


Gráfico 06 – Ao analisar a variação de preços do quilo de açaí mês a mês para o período, é notável o aumento durante a entressafra e a redução durante a safra⁷. Os meses podem variar a depender da região, mas tendem a ser no período especificado. **Fonte:** Conab, 2021. Elaboração própria.


⁷ Os meses podem variar a depender da região, mas tendem a ser no período especificado.

DO NORTE A OUTRAS REGIÕES E PAÍSES

Por fazer parte da cultura alimentar amazônica, no Norte o consumo de açaí é diário para muitos, mesmo durante a entressafra, e apreciado por todos os estratos sociais. Mais do que isso, esse é um mercado que não apenas perdurou apesar da crescente demanda externa, como também tende a aumentar em períodos de expansão econômica, quando há variação positiva na renda das famílias. A preferência é pela polpa grossa ou pouco diluída, o que torna esse mercado pouco lucrativo: são necessários grandes volumes de açaí para se produzir uma quantidade menor de polpa em relação ao que é usado para as polpas médias e finas, que são as concentrações exportadas. Assim, cerca de 60% da produção do açaí é destinada ao consumo interno⁸ dos estados produtores e o restante é beneficiado para exportação: ainda em relação à produção total do fruto, 30% vão para o Sul e o Sudeste brasileiros e os 10% restantes, direcionados ao mercado externo.

A polpa exportada a outras regiões brasileiras é consumida principalmente pela população de alto poder aquisitivo do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, os maiores mercados fora da Amazônia. O mesmo padrão de consumo é observado no mercado internacional. Essa demanda liderada pelas classes de renda elevada de outros estados e países, que consideram o açaí um “superalimento”, é o que orienta o preço da produção, algo notado já em 2008 por Antonio Cordeiro de Santana e Francisco de Assis Costa: no artigo *Mudanças recentes na oferta e demanda do açaí no Estado do Pará* (SANTANA e COSTA, 2008), os autores mostram que o crescimento da venda de polpas congeladas e/ou pasteurizadas para outras regiões e países levou à redução da oferta do fruto no mercado local, gerando aumento de preços no açaí consumido localmente. Essa tendência ainda prevalece, como pode ser observado através da leitura dos maiores e menores valores registrados para o quilo do açaí entre 2014 e 2021, também presentes no Gráfico 06 (página 64): foi no ano de 2021 que seis dos meses do ano apresentaram o maior valor registrado desde o início da série (CONAB, 2021a).

⁸ Importante ressaltar que o autoconsumo do açaí dificilmente é captado pelos dados nem o volume negociado informalmente.

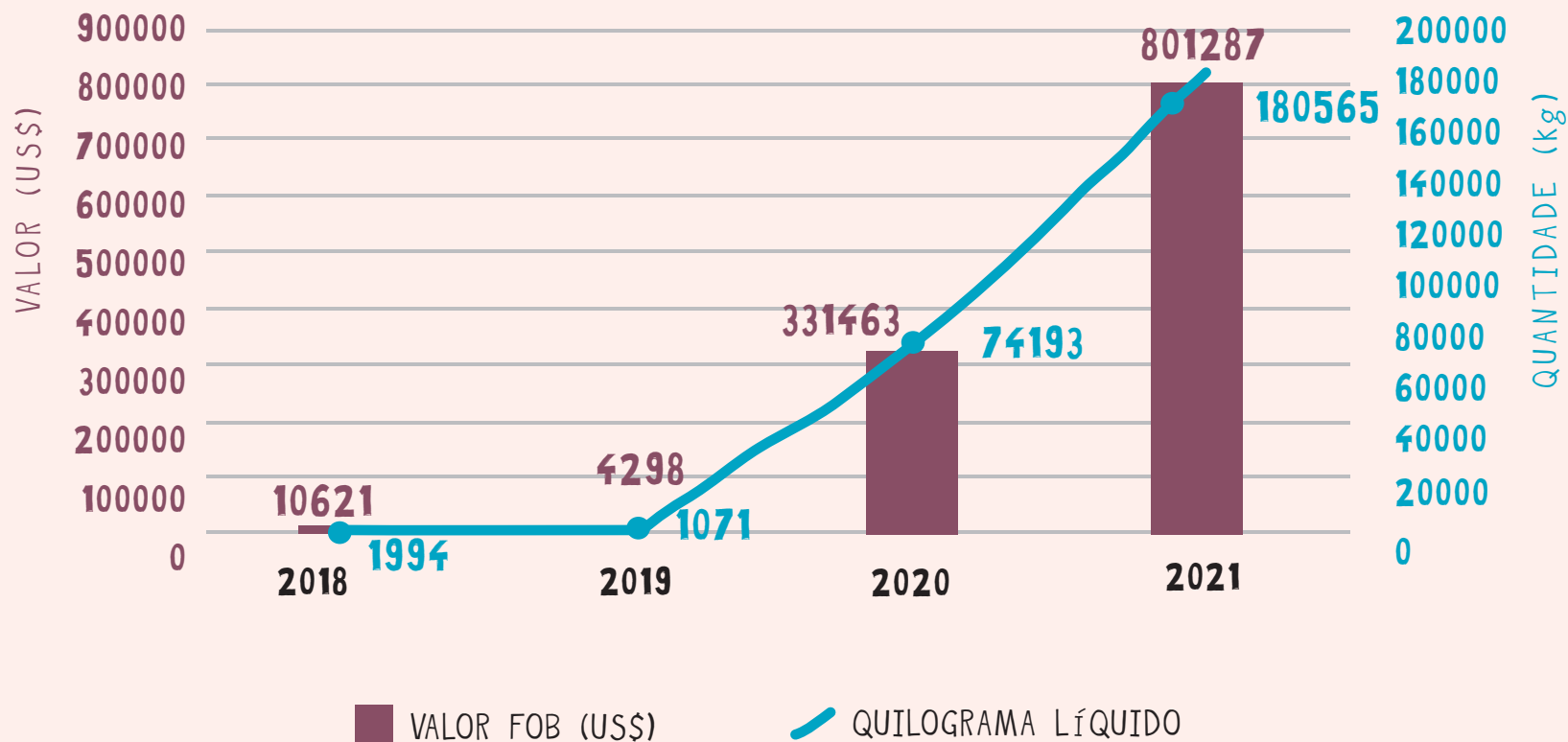


Em relação ao comércio internacional, o relatório mensal da Conab de agosto de 2020 sobre o açaí (CONAB, 2020) traz informações sobre o aumento da quantidade e dos valores exportados, mas diz que não é possível afirmar que o crescimento da produção está diretamente ligado à exportação a outros países, havendo ainda o mercado local e o nacional. Os Estados Unidos é o maior importador, responsável por 66% do total exportado. Além de consumir o açaí importado, o mercado estadunidense também compra preparados de açaí como matéria prima para reprocessamento (CONAB, 2020) aumentando o valor agregado do produto. O relatório também aponta que o Brasil tem exportado para uma quantidade maior de países em relação aos anos anteriores: Austrália e Japão, que são consumidores históricos do produto, têm sido superados por países da União Europeia, como Holanda, Bélgica e Alemanha.

É importante notar que a exportação de açaí pode ser superior ao que os dados oficiais revelam, tanto em valores quanto em número de países compradores. Isso porque foi somente em janeiro de 2016 que a Câmara de Comércio Exterior aprovou a incorporação à legislação brasileira de um código específico para preparações de açaí, conjunto que passou a ser identificado como “purê de açaí” (BRASIL, 2016). Antes dessa data, ele era agregado a um código que englobava diversas frutas tropicais, sem diferenciação de espécie, e exportadores ainda podem levar algum tempo para declarar de forma correta o código do produto, contabilizando o volume exportado na codificação anterior ou em alguma outra destinação que não pode ser identificada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Dessa forma, fica ainda difícil identificar qual seria o código da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e/ou o *Harmonized System Code* (HS Code) utilizados para a exportação de preparações de açaí, o que prejudica o levantamento sobre valores exportados e países importadores através das bases oficiais.

O Gráfico 07 foi elaborado com os dados oficiais de exportação do purê de açaí conforme o novo código de exportação do Mercosul e mostra um salto da exportação do purê de açaí tanto em termos de volume quanto de valor entre 2018, primeiro ano da série, e 2021. Essa grande taxa de crescimento pode ser resultado da adequação da declaração do açaí no respectivo NCM. Somente com uma série mais longa e com as empresas exportadoras declarando o NCM correto que poderá ser feita uma análise mais precisa sobre o comportamento da demanda internacional de açaí.

Gráfico 07 – PESO, VALOR TOTAL E VALOR FOB⁹ DE PURÊ DE AÇAÍ EXPORTADO.



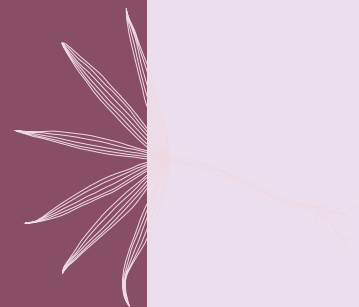
Fonte: BRASIL, 2022. Elaboração própria.

POSSIBILIDADES ESTRATÉGICAS PARA OS EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS:



Figura 01 – Área de produção – Dallan Açaí, Buritis (RO)

Foto: Tatiana Tintino.






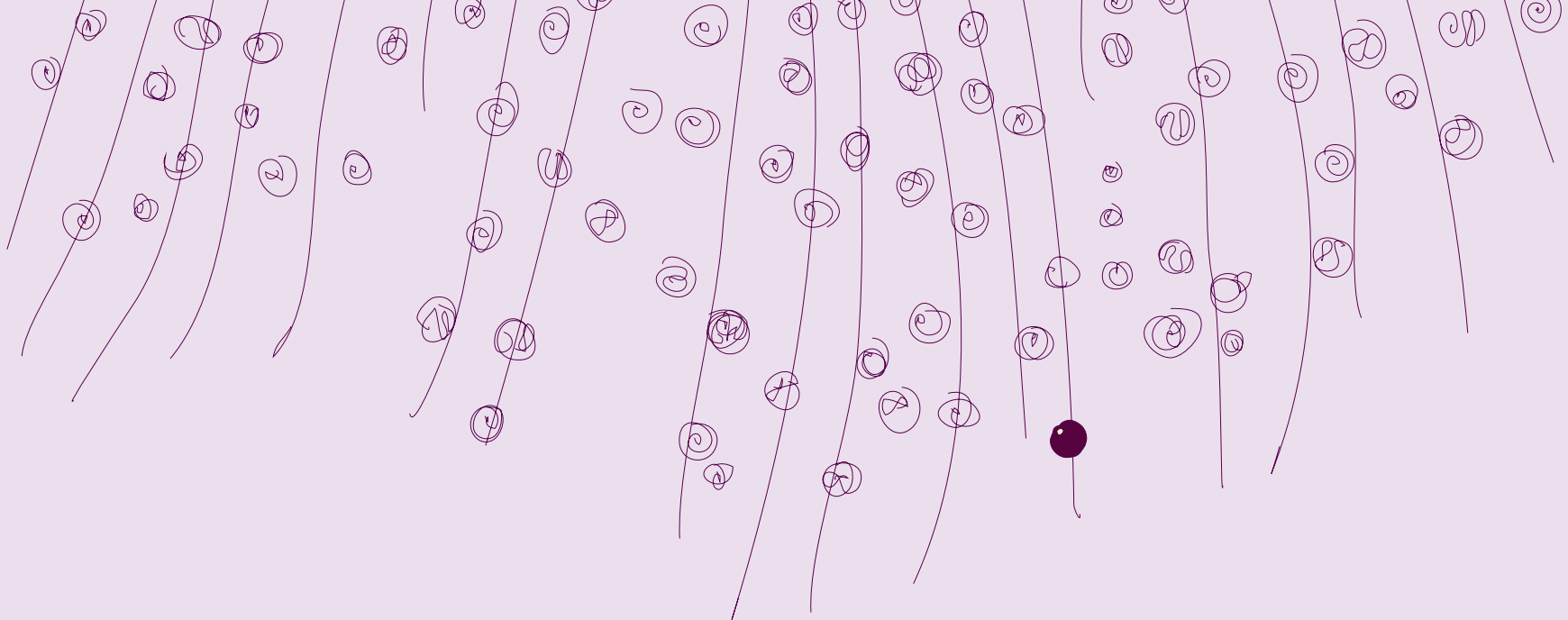
A pressão existente para o aumento de oferta de açai deve motivar a criação de novas oportunidades de negócios para empreendedores que se voltarem a produtos diferenciados e certificados. Com tendência crescente, esses mercados são compostos por consumidores exigentes que têm dado prioridade a alimentos orgânicos e/ou produtos com impacto social e ambiental positivos. No caso do açai, especificamente, isso é acompanhado também pela valorização de alimentos de grande valor nutritivo e cujas propriedades trazem benefícios à saúde, o que tem sido impulsionado por classes médias no Brasil e no exterior, cada vez mais criteriosas quanto aos seus hábitos alimentares.

O cenário é especialmente oportuno ao empreendimento de iniciativas econômicas comunitárias da cadeia do açai e é justamente dessa forma que o açai oriundo do extrativismo ou produzido de forma sustentável pode se destacar nesses mercados. Se conseguirem comunicar aos consumidores finais as relações entre o produto, seus produtores e territórios de origem e evidenciar a valorização da floresta em pé embutida nesse produto da sociobiodiversidade, as iniciativas têm grande potencial de, a um tempo, atender à crescente preocupação dos consumidores com a própria saúde e às inquietações coletivas sobre conservação da floresta e justiça social. Além disso, a verdadeira associação do produto a essas pautas, o que pode ser promovido e/ou confirmado com a implementação de padrões de sustentabilidade, pode também ser uma forma de denunciar aquilo que, na contramão desses princípios, tem sido observado na cadeia do açai: uma expansão desordenada e predatória de monoculturas, levando à vulnerabilidade genética, depredação de ecossistemas, condições precárias de trabalho, desafios para a gestão de resíduos sólidos (caroços).

Quadro 01 - **PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE**

As certificações voluntárias são um dos diferentes tipos de padrão de sustentabilidade, mecanismo cuja virtude está nas garantias socioambientais. No Brasil, a auditoria das certificações é comumente realizada por instituições avaliadoras externas, mesmo para a certificação orgânica, que permite uma certificação participativa. Esses padrões podem ser compulsórios – normas, regulamentos e resoluções técnicas elaborados por instituições governamentais – ou voluntários. Neste caso, são convencionadas por atores não governamentais, como as próprias certificações voluntárias, políticas de responsabilidade corporativa na cadeia de suprimentos de empresas, adoção de boas práticas e normas voluntárias de sustentabilidade (NVS).

A adoção de padrões de sustentabilidade é uma forma eficaz para reduzir impactos negativos ao longo de cadeias da sociobiodiversidade. O Instituto Terroá, no âmbito do projeto Mercados Verdes e Consumo Sustentável, uma parceria entre o MAPA e Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), realizou um levantamento sobre as principais certificações e mecanismos associados à cadeia do açaí (INSTITUTO TERROÁ, 2020). Dentre as listadas pelo documento, estão a certificação internacional da Forest Stewardship Council (FSC) e a Certificação de Produtos Orgânicos com base legal fixada pelo MAPA. Essas certificações objetivam abrir novos mercados e ampliar as vendas de açaí nos mercados nacional e internacional, além de atrair investimento para a produção certificada. Outras certificações apontadas pelo estudo são a União para o Biocomércio Ético (UEBT) e Certificação Comércio Justo (*Fair Trade*), sendo os principais selos de Comércio Justo adotados na cadeia do açaí o *Fair for Life* e o *For Life*.



Para acessar os principais canais de comercialização de alimentos orgânicos ou de produtos que se identificam com a conservação da floresta e promoção da justiça social, muitas vezes é necessária a submissão a processos de certificação. As certificações são um tipo de padrão de sustentabilidade cujo objetivo é prover garantias ao consumidor sobre a procedência e o não uso de agrotóxicos, assim como confirmar que estão sendo respeitados aspectos econômicos e sociais positivos, como geração e estabilização da renda para produtores e extrativistas. Do ponto de vista das instituições, a confirmação desse zelo com os aspectos sociais e/ou ambientais traz melhorias à sua imagem. Uma dessas certificações é a orgânica, cujo mercado tem manifestado interesse pelo açaí e, portanto, motivado a busca de empreendimentos da cadeia por esse selo, como exportadoras de preparações do fruto voltadas a atender locais como os Estados Unidos, onde a cultura de consumo de alimentos orgânicos tem cada vez mais ganhado solidez.

Como a indústria de certificação é sustentada, portanto, pela necessidade de exibir aos consumidores características não observáveis dos produtos comercializados, a chancela que oferecem tende a não ser uma absoluta necessidade quando há proximidade geográfica entre consumidores e produtores, sendo substituída pelo estabelecimento de uma relação de confiança cujos vínculos confirmam a procedência do açaí e seus preparados e a forma com que são produzidos. Nesses casos, o que reduz a possibilidade de haver assimetrias em circuitos mais curtos, como os que atendem mercados locais e até mesmo o regional, é a natural circulação de informações e a percepção coletiva sobre o produto, sua produção e as relações de trabalho envolvidas. Vê-se, então, que certificações são desejáveis principalmente se o objetivo for atender grandes demandas de mercados longínquos do local de produção/processamento do fruto.

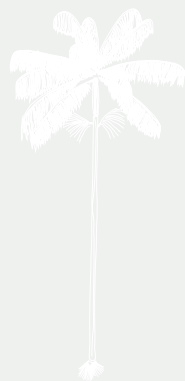
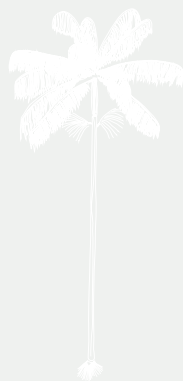
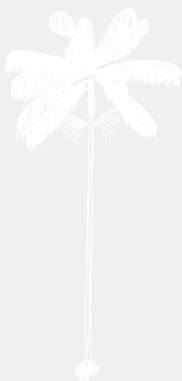
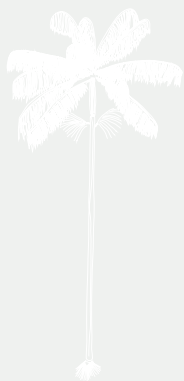
Seja qual for a certificação, o processo pode envolver custos elevados e a exigência de um período de transição para o novo sistema de produção, então o investimento só compensa se as iniciativas puderem acessar mercados em que os consumidores se dispõem a pagar um valor um pouco maior do que o usualmente praticado para produtos sem certificação. Assim, a estratégia de mercado adotada pelos empreendedores, especialmente os pequenos, deve envolver o acesso a esses mercados diferenciados. Para tanto, é importante articular, junto a outras instituições técnicas que compõem a cadeia, parcerias que possam ajudar, inclusive financeiramente, com a viabilização de certificações para que sejam atendidos todos os critérios. De modo geral, além dos recursos financeiros com o processo, isso envolve também a capacitação dos trabalhadores para um aumento sustentável da produtividade visando à criação de valor, o que deve ocorrer em um processo cooperativo com agentes especializados e conservando a tradição de manejo dos açaizais pelos extrativistas.



Pelos mercados institucionais não apresentarem altos níveis de exigência em seu acesso e pela articulação logística ser relativamente simples, essa tende a ser a melhor opção para pequenos agricultores com produção de açaí orgânico. São exemplos de mercados institucionais com essa demanda o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que buscam adquirir a produção da agricultura familiar com a valorização da produção orgânica¹. Além do incentivo e da maior facilidade, outras vantagens são que o incremento de renda e a experiência adquirida em logística podem possibilitar o acesso a mercados locais e permitir com que os produtores ganhem maior independência de atravessadores para escoar a produção.

Para justificar o investimento na produção certificada, é também necessário adotar mecanismos geradores de economias e a escolha por qual varia conforme o tamanho do estabelecimento. No caso de grandes produtores, pode ser adotado o modelo de economia de escala, ou seja, produzir em larga escala e estabelecer parcerias comerciais que garantam a compra do açaí dos produtores e extrativistas. Para estabelecimentos menores ou familiares, há a economia de escopo: sistemas produtivos que aliam duas ou mais atividades em um mesmo empreendimento, com sinergia entre elas. O resultado dessa associação tende a gerar resultados mais positivos do que se as atividades fossem realizadas isoladamente. Assim, a produção de açaí dos empreendimentos comunitários não necessariamente precisa aumentar para atender a demanda potencial de açaí – ela viria a partir da adoção de estratégias mais adequadas, ainda que dentro das condições impostas pelo mercado, e do aprimoramento da articulação do extrativista na cadeia produtiva, algo feito com respeito a práticas sustentáveis que não só conservam a biodiversidade, mas também tradições locais.

1 O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) estabeleceu uma meta para que o PAA aplicasse ao menos 5% dos recursos destinados ao programa para a aquisição de produtos orgânicos ou de base agroecológica. No caso do PNAE, por sua vez, desde 2009 instituiu que o preço de referência para a aquisição de produtos agroecológicos ou orgânicos teria um acréscimo de até 30% sobre o valor dos convencionais (IFOAM, 2019).





PARTE II



TERRITÓRIO TUPI GUAPORÉ E O ORIGENS BRASIL[®]

Para destacar o caso de um dos principais articuladores das cadeias da sociobiodiversidade na Amazônia, convidamos o [Origens Brasil](#)[®] a compartilhar a inspiração por trás da criação da rede e como ela funciona. Como o projeto Nossa Floresta Nossa Casa da Forest Trends, o Origens Brasil[®] chegou ao território Tupi Guaporé, resultado da parceria entre Imaflora, Forest Trends, Pacto das Águas e Kanindé, em articulação direta com as organizações dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

O Origens Brasil[®]

A sobrevivência da Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, está mais do que nunca em risco. No Brasil, seguem avançando as atividades predatórias e ilegais que são responsáveis pelas elevadas taxas de desmatamento, sobretudo para dentro de áreas protegidas e de territórios onde vivem povos indígenas e populações tradicionais. A FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) lançou recentemente um relatório que apresenta evidências científicas de que as áreas protegidas onde vivem esses povos da floresta – como TIs, territórios quilombolas e unidades de conservação – são uma maneira eficiente e econômica de reduzir emissões de carbono, mitigar as mudanças climáticas, proteger a biodiversidade e os serviços ambientais (FAO; FILAC, 2021). Essas áreas protegidas cumprem um papel fundamental para a conservação, mas os seus povos, contudo, têm pouco acesso aos mercados capazes de valorizar e remunerar de forma justa a produção tradicional. A geração de negócios e de renda compatível com a manutenção das áreas protegidas e da floresta em pé são essenciais para assegurar a qualidade de vida e a segurança necessárias para que eles tenham condições de viver em seus territórios de forma digna.

O desafio de valorizar e de diferenciar no mercado consumidor a produção de populações tradicionais e povos indígenas que vivem nesses territórios foi a mola propulsora para a criação da rede Origens Brasil[®], uma rede premiada pela ONU¹ que conecta empresas e consumidores a cadeias de produtos da sociobiodiversidade dentro de áreas protegidas, gerando valor para a floresta em pé e para os povos da floresta que vivem dela. Articulada pelo Imaflora e pelo ISA, a criação dessa rede envolveu a participação de múltiplos atores engajados com a cadeia de produtos da sociobiodiversidade, como empresas, ONGs, lideranças dos povos presentes no território e organizações locais e comunitárias. Isso foi o que permitiu que a ideia fosse prototipada e articulada ao longo de 02 anos, antes do seu lançamento em 2016.

1 [Prêmio Internacional de Inovação para a Alimentação e Agricultura Sustentáveis da ONU](#), conferido em junho de 2010.



Figura 01 – Produtos da rede Origens Brasil® e usuário utilizando código QR para ter acesso a informações sobre produtores, suas culturas, territórios de origem, formas de produção e a comercialização dos produtos. **Fotos:** Fundação Banco do Brasil.

Com forte componente de tecnologia, comunicação e governança em rede, o Origens Brasil® visa aproximar do consumidor produtores de populações tradicionais e povos indígenas, promover relações comerciais mais éticas entre povos da floresta e o mercado e construir as garantias necessárias para atingir esses objetivos através de uma rede de confiança formada por empresas, consumidores e organizações comunitárias. A gestão das informações de cadeias de produtos da sociobiodiversidade é feita através de uma plataforma digital criada para a rede com o objetivo de conferir transparência e controle da produção e da comercialização nos territórios pelos produtores, empresas e consumidores. Os impactos da promoção das parcerias comerciais são monitorados anualmente pelo Origens Brasil® e, para que a rede seja capaz de induzir impactos positivos para as populações e seus territórios, esses resultados são disponibilizados ao público de forma a contribuir para uma relação comercial diferenciada e de longo prazo.

Quadro 01: **COMO FUNCIONA A REDE ORIGENS BRASIL® ?**

A plataforma digital recebe, armazena, sistematiza e disponibiliza as informações sobre indicadores de impacto e produtores, produção e comercialização dos produtos agroextrativistas.

Os diferentes membros da rede – populações tradicionais e povos indígenas (produtores), organizações comunitárias, instituições de apoio e empresas –se cadastram e inserem dados e informações de forma colaborativa na plataforma.

Dados e informações dos produtores também são coletados em campo via tablets e celulares, em seguida são registrados os dados de produção e de comercialização com a origem de cada produto, posteriormente enviados a um servidor online (a plataforma do Origens Brasil®). O Origens Brasil® confere ainda a transparência e a visibilidade aos produtos e suas histórias.

Os dados enviados para a plataforma são consolidados e ficam disponíveis para visualização pelos usuários (membros da rede) no painel de gestão (*dashboard*) na forma de mapas georreferenciados, gráficos e tabelas.

Através de um QR Code que acompanha os produtos, que é o próprio logotipo do Origens Brasil®, o consumidor tem acesso pelo celular a informações que vêm da plataforma sobre os produtores, suas culturas, territórios de origem, formas de produção e a comercialização dos produtos.

Figura 02 - **FUNCIONAMENTO DO ORIGENS BRASIL®**

**A GARANTIA
PAUTADA NA ANÁLISE DE
RISCO E NA COLABORAÇÃO
ENTRE OS ATORES**

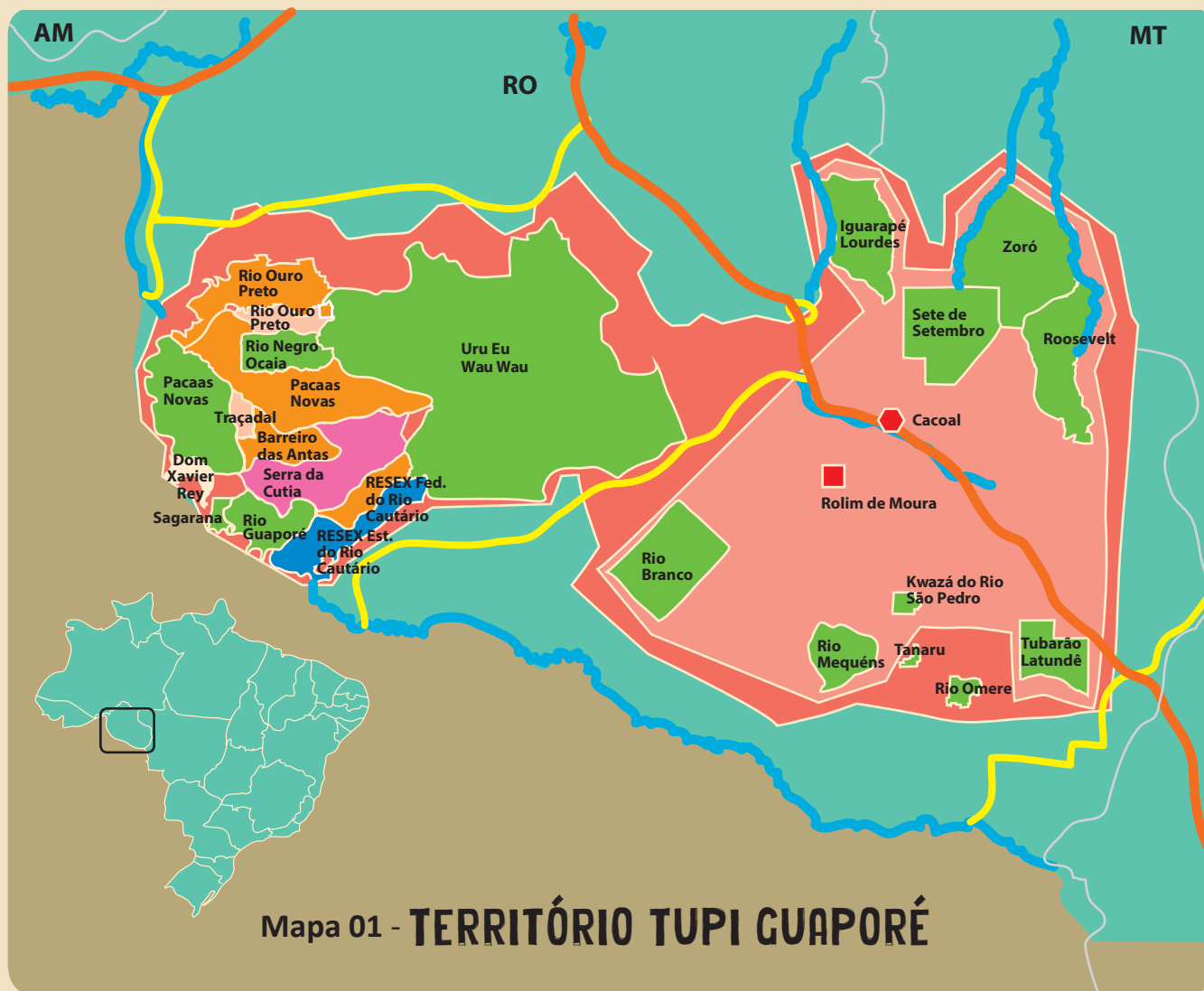


A abordagem do Origens Brasil® é territorial, ou seja, os produtos são provenientes de territórios formados por um conjunto de áreas protegidas, onde vivem populações tradicionais e povos indígenas que trabalham com as cadeias da sociobiodiversidade. Atuamos em 04 grandes territórios na Amazônia Brasileira – o Território do Xingu, Calha Norte, Rio Negro e Solimões – e expandimos recentemente para um novo território, o [Tupi Guaporé](#). Juntos, eles somam 38 áreas protegidas com atuação da rede Origens Brasil® – um total de 52 milhões de hectares – onde vivem povos de 43 diferentes etnias, falantes de mais de 50 línguas.

A forma de operação da rede se adapta às realidades dos povos em um processo que vai “de baixo para cima” (bottom-up) para construção coletiva de requisitos e para garantia de transparência das informações e das conexões comerciais. Os diferentes membros da rede – produtores, organizações comunitárias, instituições de apoio e empresas – participam de conselhos e comitês de governança do Origens Brasil® que se reúnem anualmente com objetivo de promover reflexões sobre melhorias da rede e aperfeiçoamento das relações comerciais entre as partes, contribuindo com uma governança territorial a partir da produção.

O Origens Brasil® no Tupi Guaporé:

Localizado entre os estados de Rondônia e Mato Grosso, o Território Tupi Guaporé é formado por 22 áreas protegidas: 13 Terras Indígenas, 08 Unidades de Conservação e 01 Projeto de Desenvolvimento Sustentável que, juntos, somam mais de 05 milhões de hectares, o equivalente à área do estado do Rio Grande do Norte. O nome escolhido é uma referência a como se autodenominam alguns dos povos indígenas da região, os Tupi Mondé, e à bacia hidrográfica do Rio Guaporé-Madeira. O novo território surgiu da articulação junto ao Imaflora e pelas instituições de apoio [Forest Trends](#), [Pacto das Águas](#) e a [Kanindé](#).



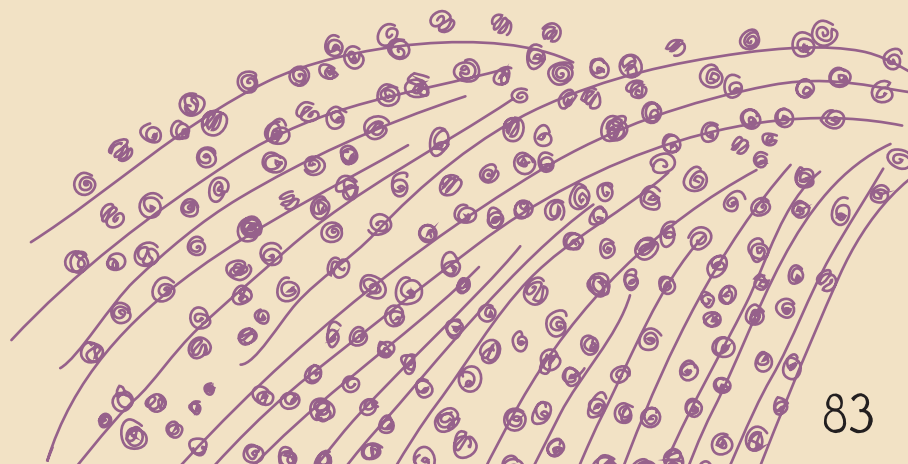
- | | | |
|--|-------------------------------|-----------------------|
| América do Sul | Reserva Biológica Federal | Cacoal |
| Brasil | Parque Nacional | Rolim de Moura |
| Terra Indígena | Reserva Extrativista Federal | Mosaico Tupi |
| Projeto de Desenvolvimento Sustentável | Reserva Extrativista Estadual | Rios |
| | | Rodovias Federais |
| | | Rodovia Federal BR364 |

É formado por corredores de áreas protegidas que se interligam, envolvendo o Corredor Ecológico Binacional Itenez-Mamoré-Guaporé, os Corredores Etnoambiental Tupi Mondé e o Tupi Kwahiva. Esses corredores de áreas protegidas – onde vive uma grande diversidade de povos, com cerca de 28 povos indígenas e populações tradicionais – abrigam patrimônios culturais, sociais e ambientais que beneficiam todo o planeta Terra. São cerca de 10 mil (9.677) pessoas vivendo no território, sendo 8.076 indígenas e, o restante, populações tradicionais de castanheiros, seringueiros e extrativistas. A diversidade cultural se expressa nas 20 línguas indígenas do tronco Tupi e Macro-jê, com diversas famílias tais como a Mondé, Aikanã, Kanoe e Koazá, além dos povos isolados sem tronco linguístico identificado.

A aterrissagem do Origens Brasil® no território Tupi Guaporé é uma grande oportunidade de se iluminar o importante papel desses povos na conservação da floresta em pé e para fortalecer a colaboração entre os diferentes povos e atores que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade dessa região. A governança em rede potencializa o protagonismo das organizações locais e pode ser uma importante ferramenta de fortalecimento e da valorização dos povos indígenas e das populações tradicionais, permitindo construir alternativas econômicas às atividades ilegais e predatórias que constantemente ameaçam esse território.

Mariana Finotti - Imaflora / Origens Brasil®

Patrícia Cota Gomes - Imaflora / Origens Brasil®



O MOSAICO TUPI

CAPÍTULO 3



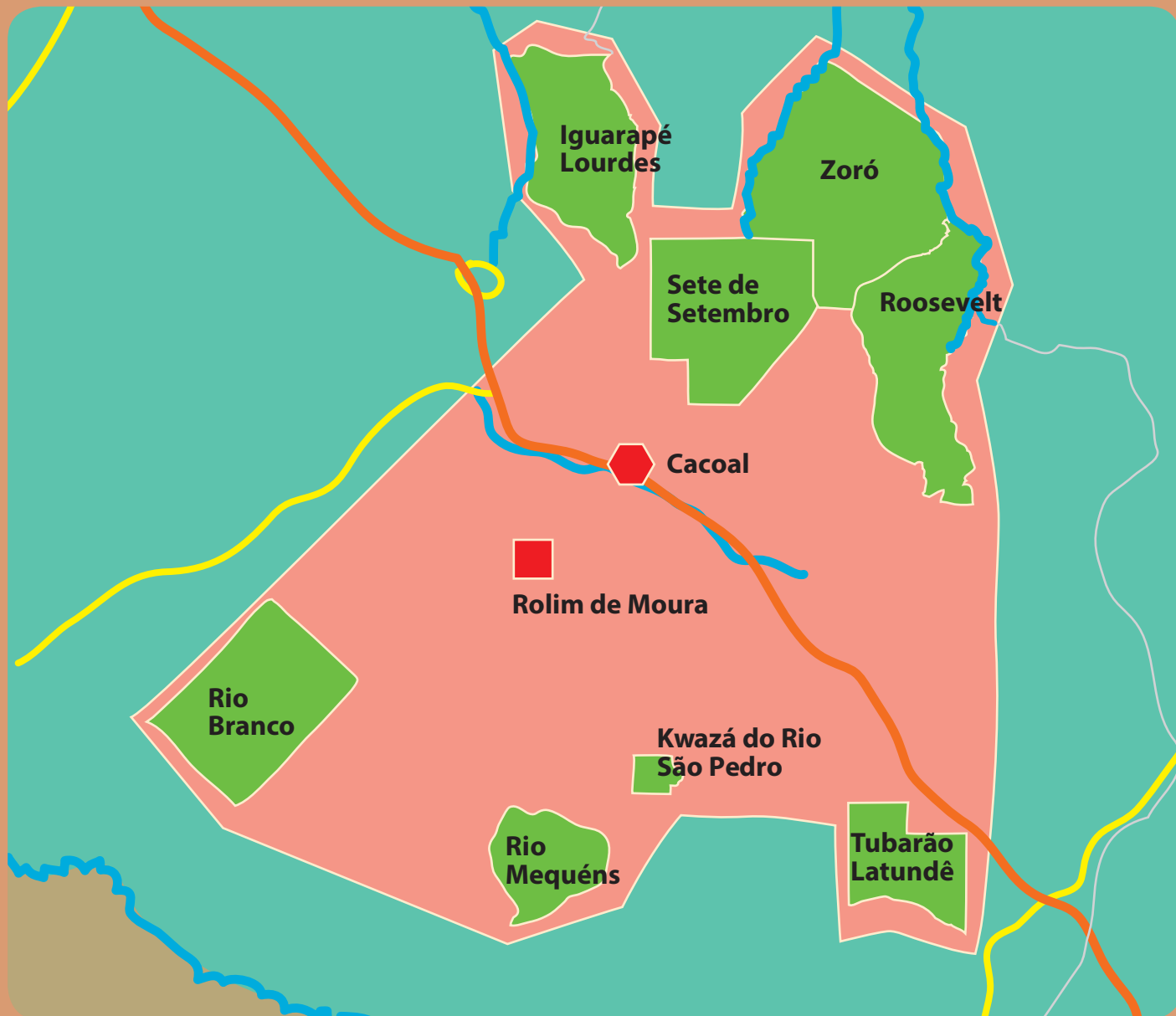
Percorrendo rios, igarapés e longas estradas da Amazônia brasileira, a ICGT-FT chega ao leste do Tupi Guaporé, onde estão as 08 Terras Indígenas de um território entre os estados de Rondônia e Mato Grosso que, em homenagem aos povos indígenas do tronco linguístico Tupi, majoritários na região, chamamos de Mosaico Tupi¹. Nele, trabalhamos junto aos povos para fortalecimento de cadeias da sociobiodiversidade, visando aumentar a resiliência, o bem viver e as oportunidades de geração de renda através de iniciativas econômicas indígenas, com foco na governança territorial, fortalecimento de organizações de mulheres, valorização cultural, fortalecimento institucional, segurança alimentar, garantia de direitos, meios de vida e conservação da floresta em pé.

O recorte territorial do Mosaico Tupi compreende as TIs Igarapé Lourdes, Kwazá do Rio São Pedro, Rio Branco, Rio Mequéns, Roosevelt, Sete de Setembro, Tubarão Latundê e Zoró, que juntas somam aproximadamente 1,5 milhões de hectares e 5.881 indígenas. Nelas, estão distribuídos 21 povos falantes de diferentes línguas, dentre os quais 12 são falantes do tronco Tupi (famílias Rama Rama, Tupari e Mondé), 02 são do tronco Macro-jê (família Jabuti), 01 é da família Aruak-Maipure, 03 são de famílias linguísticas isoladas (Aikanã, Kanoe e Koazá), 02 são da família Nambikwara Sabanê e os demais são povos isolados sem tronco linguístico identificado (Tabela 01). Em um cenário de enfrentamento de grandes desafios da fronteira do desmatamento na Amazônia e de apagamento de modos de vida tradicionais, essas 08 TIs ainda detêm estoques de carbono florestal de importância global, cumprem função hidrológica e permanecem patrimônio de grande diversidade biológica e cultural.

1 Mosaico Tupi é uma denominação dada pela própria ICGT-FT para designar sua principal área de atuação junto a povos indígenas da Amazônia brasileira, nos estados de Rondônia e Mato Grosso. Ressaltamos que, ao ser adotada essa terminologia, não se pretende, de maneira alguma, classificá-las através dos modelos adotados pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.



Mapa 01 - **TERRITÓRIO MOSAICO TUPI**



Brasil

Terra Indígena

Mosaico Tupi

Rios

Rodovias Federais

Rodovia Federal BR 364

Cacoal

Rolim de Moura

Tabela 01 – **TERRAS INDÍGENAS DO MOSAICO TUPI (LESTE DO TERRITÓRIO TUPI GUAPORÉ)**

TI	ÁREA (HÁ)	POVOS	POPULAÇÃO EM 2010
Rio Branco (TIRB)	236.137	Aikanã Arikapú Aruá Djeoromitxí Kanoê Makurap Tupari Ajuru Kampé	679
Rio Mequéns (TIM)	107.553,00	Guaratira Makurap Sakurabiat	95
Kwazá do Rio São Pedro (TIK)	16.799,90	Aikanã Kwazá	25
Tubarão Latundê (TITL)	116.619,40	Aikanã Kwazá Nambikwara Latundê Nambikwara Sabanê	195
Roosevelt (TIR)	230.826,30	Apurinã Cinta larga	1817
Zoró (TIZ)	355.789,60	Zoró	711
Sete de Setembro (TISS)	248.146,90	Paiter Suruí	1375
Igarapé Lourdes (TIIL)	185.533,60	Ikolén Isolados na Serra da Providência Karo	984

Fonte - Elaborado pela autora com dados obtidos do IBGE, 2010; e do documento interno - *Avaliação das Dinâmicas Econômicas da Forest Trends*, 2019.

Olhar as fronteiras ao redor das TIs é importante para governança e proteção territorial e, no caso do Mosaico Tupi, esse é um ponto bastante sensível. Pelas questões geográficas, pelas influências que a região sofre e apesar das fronteiras estaduais, todas as TIs são mais ligadas ao estado de Rondônia do que ao de Mato Grosso, como é o caso das TIs Roosevelt e Sete de Setembro, divididas entre Rondônia e Mato Grosso, e da TI Zoró, cuja delimitação está apenas no Mato Grosso. Compreender esse laço é importante porque Rondônia é um estado cuja ocupação está fundamentada em três aspectos: desrespeito ao capital natural, ocupação e apropriação de terras sem o devido controle do estado e exclusão dos povos indígenas (DOS SANTOS, 2015). Assim, vê-se que foi um contexto inóspito aquele em que as TIs do Mosaico Tupi tiveram a homologação de suas terras, o que ocorreu entre 1983 e 2003 com o objetivo de garantir os direitos indígenas, reduzir os conflitos agrários e preservar a sociobiodiversidade no território (Figura 02).



Figura 01 – Linha do tempo da homologação das Terras Indígenas do Mosaico Tupi.

- Legenda:**
- TISS** – Terra Indígena Sete de Setembro
 - TIRB** - Terra Indígena Rio Branco
 - TIR** - Terra Indígena Roosevelt
 - TITL** - Terra Indígena Tubarão Latundê
 - TIK** - Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro
 - TIZ** - Terra Indígena Zoró
 - TIM** - Terra Indígena Rio Mequéns
 - TIIL** - Terra Indígena Igarapé Lourdes

Quadro 01-

MODOS DE OCUPAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA: CONSOLIDAÇÃO DE UM CENÁRIO ADVERSO PARA OS POVOS INDÍGENAS DO MOSAICO TUPI.

A ocupação do atual estado de Rondônia, o mais influente sobre as TIs do Mosaico Tupi, começou a partir da primeira década do século XVIII com as missões jesuíticas ao longo do Rio Madeira e, posteriormente, com as descobertas de ouro nos afluentes do Rio Guaporé. Contatos mais duradouros com as populações indígenas dessa região se tornaram mais comuns a partir da década de 1870, com o início do primeiro ciclo da borracha, que teve duração até a segunda década do século XX (REIS, 1997). Entre 1907 e 1915, a comitiva chefiada pelo Mal. Cândido Rondon foi designada a exercer o processo de abertura e instalação das linhas telegráficas (FONSECA e TEIXEIRA, 2001), o que levou à criação de estações telegráficas que se tornaram polos de agrupamento de trabalhadores e migrantes, ampliando muito o contato com os povos indígenas e dando origem a vários dos atuais municípios de Rondônia.

A partir da década de 1960, com o início da abertura da BR-364, o avanço das frentes colonizadoras e dos projetos de interiorização no estado tiveram como uma de suas consequências a ocupação de territórios indígenas por posseiros e garimpeiros. Disso resultou o aumento de conflitos já existentes com essas populações, levando a massacres de povos e, em muitos casos, à desocupação de territórios tradicionais. Na década seguinte, o principal vetor passou a ser o avanço predatório da fronteira agropecuária e as explorações mineral e florestal, o que também ocorreu dentro de um contexto de violência, expropriação e negação da possibilidade de convívio entre sociedades indígenas e não-indígenas.

A convivência e a interação entre os povos indígenas e a sociedade não indígena rural foi intensificada a partir da década de 1980, quando houve avanços nas demarcações das TIs entre 1983 e 2003. Isso ocorreu especialmente com os grupos que viviam no entorno direto dos territórios, ocupado por colonos, e com a sociedade urbana dos municípios da região. Mesmo com a persistência de fatores que desde o início corroboram com contextos de violência e expropriação, o fortalecimento das articulações para a garantia dos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988 e a criação de organizações e estratégias de governança territorial indígena vem abrindo novos cenários e perspectivas para os povos que vivem na porção leste do território Tupi Guaporé.

Os impactos decorrentes da forma com que o estado de Rondônia foi ocupado ainda perduram e, apesar das demarcações, o contexto das TIs permanece muito desafiador. Os municípios em que elas estão distribuídas, tanto em Rondônia quanto no Mato Grosso, têm sua economia baseada nos setores primário, secundário e terciário – agropecuária, indústria e serviços – e, devido à intensa exploração de recursos naturais, grande parte da área foi e continua desmatada. Um exemplo é a região onde está a TI Tubarão Latundê, na qual as propriedades rurais vêm se tornando alvo de disputa internacional para expansão do agronegócio no estado, principalmente a pecuária, o cultivo da soja e as barragens hidrelétricas. Devem ser citadas ainda as TIs Uru Eu Wau Wau, Sete de Setembro e Igarapé Lourdes: as maiores áreas de pecuária do estado de Rondônia não apenas ficam nos municípios em que estão essas TIs como também fazem fronteira com os territórios (SANTOS e GOMIDE, 2015).

Vê-se, assim, que as áreas de entorno das TIs do Mosaico Tupi apresentam uma intensa pressão antrópica, com aumento linear da supressão vegetal, muitas vezes incentivada pela expansão da fronteira agrícola nos estados através de uma estrutura de propriedade altamente concentrada. Isso acaba por potencializar a degradação ambiental e cultural, podendo até mesmo redefinir características importantes para o bem viver dos povos indígenas em seus territórios, como desaparecimento de espécies vegetais utilizadas na medicina tradicional e artesanato, redução da pesca e caça, escassez de alimentos, diminuição da qualidade da água e redução das práticas tradicionais de cultivo. Ainda assim, apesar dessas pressões, a cobertura florestal tem se mantido em pé: em busca de impedir com que o desmatamento avance em seus territórios, os povos mantêm constante a vigilância e a articulação pela garantia de seus direitos.





Figura 02 – Marico em processo de tecelagem, TI Rio Branco.
Foto: Maria Barcelos



Figura 03 – Marico em uso, TI Rio Branco.
Foto: Suellen Mangueira.



Figura 04 – Preparo da bebida fermentada – chicha de cará roxo.
Fonte: Suellen Manguiera.

OS POVOS DO MOSAICO TUPI

Os 21 povos do Mosaico Tupi compartilham diversas características culturais semelhantes. Um exemplo é o “Complexo Cultural do Marico” (MALDI, 1991), um agrupamento de povos que possuem algumas similaridades, tendo como elementos principais os cestos de fibra de tucum (marico), malocas no formato de colmeia e chicha (bebidas fermentadas de milho, cará e mandioca). Esse complexo cultural inclui não somente a cultura dos povos que falavam línguas do tronco Tupi na região, mas também a dos falantes das línguas Jabutí (Macro-Jê) e de línguas isoladas, como Aikanã e Kwaza.

Outra semelhança compartilhada por vários desses povos é a maneira com que relatam a história de origem. Em geral, contam que os povos vieram de um mesmo lugar onde inicialmente estavam presos (da terra ou de uma pedra) e que aqueles que conseguiram sair são os que formaram os grupos e clãs que conhecemos hoje. Também é comum a participação de animais nesses acontecimentos, como ajudar as pessoas a escaparem de onde estavam por meio de um portal (buraco). Segundo os Zorós, por exemplo, a história ocorreu da seguinte forma:

(...) Gurá fez uma grande festa que atraiu mais gente e multiplicou o número de pessoas! E logo ele tampou a porta e a maloca virou pedra. Neste tempo todos os animais eram gente. Por isso escutavam e entendiam a todos. Eles escutavam os gritos de desespero do povo dentro da pedra pedindo socorro. Pássaros de todas as espécies tentaram furar a pedra com seus bicos-machado (...). Somente um periquito, o Paxurey (periquito de cara preta) conseguiu fazer um pequeno buraco na pedra (...) e assim o povo o conhece como “kinam bibi wey”, o pássaro que salvou a gente. Então, as pessoas começaram a sair pelo pequeno e apertado buraco. Cada clã se apresentava. Foram saindo. Primeiro os Pangyjēj: -“Somos os Pangyjēj!”. Depois os Kabanej (Suruí) - “Somos os Kabanej!” - Em seguida foram saindo os outros “Somos os Ikulēj! (Gavião)!” , “So - mos os Mamēj” (Cinta Larga)! -“Somos os Jala (não índios)!” - e, assim, sucessivamente foram saindo todas as raças que existem no mundo. (BARCELLOS et al., 2019)



A lista de produtos da sociobiodiversidade nos territórios é bastante extensa e foi em torno desses recursos da floresta que aconteceu a transição de uma economia apenas baseada na reciprocidade, que era a economia antes do contato, para as relações comerciais com não indígenas. O início dessa experiência com o mercado se deu primeiro através da comercialização de artesanato e de utensílios de uso diário, depois veio o látex da seringueira e outros produtos da floresta. Vale ressaltar que, no Mosaico Tupi, logo após o contato as principais moedas de troca e de comercialização eram o artesanato e a castanha-do-brasil.

A composição básica da renda familiar em geral é composta pelo trabalho e produção nos roçados, pelo artesanato, pelo extrativismo e pela criação de animais, assim como por aposentadorias, programas de transferência de renda e salários de funcionários públicos (saúde e educação). De acordo com o monitoramento realizado pela UNIR em parceria com a ICGT-FT (UNIR, 2020), 85,5% das famílias do Mosaico Tupi trabalham com atividades agrícolas e 72,6% com extrativismo. Esses dados demonstram que um mesmo grupo familiar pode assumir mais de uma atividade de forma simultânea ou periódica, dedicando esforços concentrados para atender tanto à subsistência quanto aos mercados regional e nacional, o que ocorre sobretudo com a castanha-do-brasil. Dentre essas atividades, vale ressaltar que o artesanato é realizado por 58% da população indígena envolvida nas atividades econômicas, tendo grande importância para a geração de renda, principalmente entre as mulheres.



Figura 05 – Gongo servido no Centro Cultural Wagoh Pakob.
Foto: Lica Donaire.



Apesar desse estreitamento da relação com os não indígenas ter levado a alterações de hábitos e ao surgimento de novas demandas dentro das aldeias, os povos mantêm seus modos de vida e de consumo tradicionais. As famílias continuam praticando caça de animais, pesca, coleta de frutos, de mel de abelha, de gongos², de matérias primas para o artesanato e de plantas medicinais. Além disso, a base produtiva ainda é organizada e mantida em torno de núcleos familiares, tanto nas atividades de subsistência quanto de produção comercial. Esse trabalho ocorre principalmente com o extrativismo da castanha-do-brasil, do açaí, do cacau, da copaíba, com roçados diversos e, mais recentemente, com a produção de café, uma prática crescente dentro das TIs, principalmente na TI Sete de Setembro e na TI Rio Branco.

Além de cadeias já bem consolidadas, como a da castanha-do-brasil, do artesanato, do cacau e do açaí, as Terras Indígenas do Mosaico Tupi abrigam excepcional potencial na exploração de outros produtos florestais não madeireiros – como o extrativismo de babaçu, seringa, sementes e pupunha, a produção de farinha de mandioca, a apicultura, a roça de cará, batata doce, amendoim, a fruticultura – e possuem alto potencial turístico e de turismo de base comunitária. Sobre as áreas de vegetação nativa que foram suprimidas por influência direta ou indireta do

2 O gongo é uma larva consumida cru ou frita. Também conhecida por morotó, ela é amplamente encontrada em frutos de palmeiras, como o tucum e o babaçu.



Figura 06 – Gongo servido no Centro Cultural Wagoh Pakob.
Foto: Lica Donaire.



contato com o não indígena, elas são suficientes para suprir as necessidades de plantio tradicional e para experiências com reflorestamento e outros tipos de cultura. Em geral, os roçados variam de 0,5 a 02 hectares e cumprem um importante papel na segurança alimentar, além de demonstrarem potencial para a geração de renda.

É importante dizer, porém, que se quisermos consolidar o manejo sustentável e conservação da sociobiodiversidade amazônica, é fundamental que tenhamos ações voltadas à valorização das pessoas que a protegem e que dependem de seus recursos, como os povos do Mosaico Tupi. As dificuldades de acesso a políticas públicas e instrumentos de fomento colocam as comunidades em situação de exploração de sua força de trabalho, explicitada pela relação desigual com os mercados locais e regionais e pela desvalorização de preços e produtos. Essa realidade atinge diversos indígenas, mesmo aqueles que conseguiram criar articulações positivas por meio de projetos que contribuem para o desenvolvimento de arranjos entre instituições indígenas, da sociedade civil e governamentais. Os entraves encontrados em relação à governança territorial e das cadeias de valor dificulta a busca por oportunidades e o entendimento de mercado, criando desafios complexos e estimulando novos arranjos para os indígenas se inserirem em novas atividades econômicas e para consolidarem as existentes, assim gerando retornos econômicos promissores, financeiros e não financeiros, e assegurando a salvaguarda territorial e a sobrevivência social e material das famílias.

AS INICIATIVAS ECONÔMICAS INDÍGENAS

CAPÍTULO 4



AÇAÍ

No decorrer da história dos povos indígenas da Amazônia, a luta por seus territórios e pela conservação da biodiversidade dessas terras sempre foi constante e contínua. Por possibilitar o usufruto de recursos naturais e por estar relacionada aos diversos significados que guiam as sociedades desses povos, esses territórios e a conservação da floresta são, portanto, essenciais para a permanência, a sustentabilidade e a sobrevivência dos grupos indígenas, que se autoidentificam como parte da natureza, e de suas culturas.

Para esses povos, as atividades agroextrativistas sempre tiveram o objetivo de subsistência e de troca com outros parentes, sendo a base da economia indígena. Isso torna relação dos povos indígenas com os bens naturais harmoniosa, ao contrário da exploração aos moldes capitalistas. Assim, as comunidades indígenas do Mosaico Tupi, além de buscarem alternativas rentáveis por meio de práticas sustentáveis, como é o caso da coleta e do manejo de açaí (*Euterpe precatoria* Mart.), transmitem às futuras gerações valores sobre a sustentabilidade e a manutenção da sua casa, a floresta.

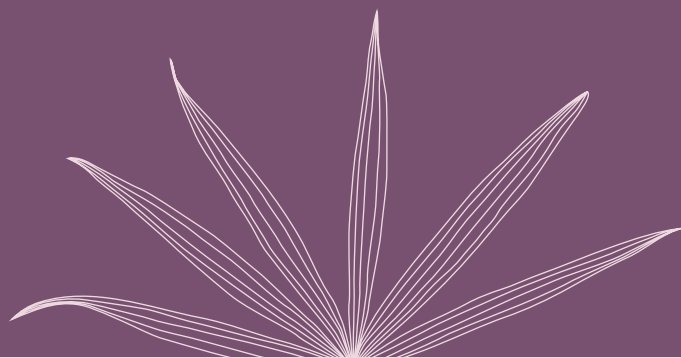




O AÇAÍ NO MOSAICO TUPI

O açai está presente em todas as terras indígenas do Mosaico Tupi. O fruto ocorre o ano inteiro, mas as épocas de safra do açazeiro variam conforme a região: enquanto na TI Kwazá do Rio São Pedro ela ocorre entre agosto e novembro, nas TIs Sete de Setembro, Tubarão Latundê, Rio Branco, Igarapé Lourdes, Roosevelt, Zoró e Mequéns a safra se dá entre janeiro e julho.

O uso do açai, que é significativo em algumas TIs do território, sempre foi muito comum entre os povos indígenas e comunidades tradicionais em toda a Amazônia. Além de usarem o caroço para a produção do artesanato, destaca-se a importância na segurança alimentar e nutricional. Contudo, a inclusão do açai na dieta alimentar de alguns povos do Mosaico Tupi é recente, como é o caso dos Paiter Suruí, que até pouco tempo atrás apreciavam majoritariamente o patuá (*Oenocarpus bataua* Mart.) e a bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.). O açai é também de grande importância para a proteção territorial: nos momentos de coleta, aproveita-se para realizar o monitoramento do território e observar a ocorrência de caça e pesca ilegais, invasões e outras ameaças.



O manejo tradicional do açaí se baseava no corte raso da palmeira e seu uso era quase exclusivamente voltado para a extração de palmito. Essa forma de manejo para o autoconsumo não impacta a floresta, possibilitando que a retirada de recursos naturais para fins de sobrevivência seja equilibrada, diferentemente do manejo que se inicia com a venda do produto em grande escala, que demanda maior pressão de corte e torna o processo insustentável.

A fim de evitar com que isso aconteça, quando os indígenas aprenderam a subir nas palmeiras para extrair açaí, despulpá-lo, usá-lo como alimento e/ou vendê-lo, a Funai começou a incentivar o manejo sustentável do fruto nas terras indígenas. Algumas comunidades ainda mantêm o manejo tradicional com o corte, como é o caso da TI Tubarão Latundê, porém estão buscando se aperfeiçoar no manejo sustentável a partir das parcerias e contato mais frequente com os povos que trabalham com essa cadeia e que têm acesso a diferentes mercados.

O manejo sustentável do açaí tem grande potencial no Mosaico Tupi, apesar desse potencial ainda ser pouco explorado em algumas das TIs. A cadeia de valor do açaí se destaca tanto por seu potencial produtivo quanto de geração de renda, assim como pela manutenção da floresta em pé e de conhecimentos tradicionais. Mesmo sendo uma cadeia de valor recente no território, há muita demanda dos mercados locais e regionais, que absorvem parte da produção. São exemplos a comercialização do fruto in natura à empresa Tropical Sucos e a diversos atravessadores que escoam a produção com destino à capital do estado, Porto Velho.

Por outro lado, são diversos os gargalos e as principais dificuldades encontradas pelos povos indígenas estão ligadas ao próprio território: as áreas de manejo de açaí ficam distantes das aldeias onde moram os povos e eles enfrentam várias limitações na locomoção e no acesso. De acordo com os extrativistas indígenas, as más condições das estradas devido à falta de manutenção é o atual maior entrave para a produção.

A fim de incentivar essa cadeia e de solucionar os gargalos enfrentados pelas iniciativas econômicas indígenas (IEIs) do Mosaico Tupi (Figura 01), a Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends (ICGT-FT) vem buscando monitorar as áreas de produção e tem oferecido apoio por meio de fornecimento de insumos e equipamentos, assim como através de articulações para que as iniciativas tenham acesso a mercados diferenciados que valorizem o saber desses povos e seu papel na manutenção da floresta em pé em seus territórios.



Figura 01 – Monitoramento das áreas de manejo de açaí – Terra Indígena Kwazá, 2021. **Foto:** Tatiana Tintino.

Entre os arranjos produtivos apoiados pela Forest Trends por meio do projeto Nossa Floresta Nossa Casa, a maior parte dos grupos está organizada em iniciativas informais e familiares, com algum grau de cooperação entre eles e com destaque à participação feminina nos processos de produção da polpa de açaí. Ressaltamos que essa produção é uma meta no território e as organizações indígenas estão se mobilizando para isso, visando à agregação de valor e à complementariedade da renda das famílias indígenas.

Dentre as IELs informais, destacamos o povo Sakyrabiar da TI Mequéns – apesar de ter poucas pessoas engajadas com a cadeia do açaí devido às dificuldades de acesso às áreas de coleta, o trabalho deles apresenta grande potencial. A respeito das organizações formais (associações), a partir das quais os indígenas exercem a governança do seu território e movimentam seus arranjos produtivos, muitas têm buscado mercados diferenciados para a comercialização do açaí in natura e em polpa, como as dos povos Arara, Gavião, Paiter Suruí e Apurinã. Nesses casos, a produção por enquanto é informal, com locais e materiais de beneficiamento e armazenamento que ainda não possibilitam grandes volumes de produção para acessar os mercados diferenciados.

Algumas dessas organizações, porém, já têm alcançado resultados nesse sentido e, dentre elas, a Associação Doa Txato, da TI Rio Branco em se destacado ao proporcionar alternativas rentáveis aos jovens indígenas com a implantação da Unidade de Beneficiamento de Polpas da Terra Indígena Rio Branco, a Agroindústria Do Açaí (Figura 02), que contou com o apoio da ONG parceira Pacto das Águas e comercializa sua polpa nos mercados local e regional. Outra organização a ser mencionada é a Associação Indígena Kwazá e Aikanã da Aldeia Dois Irmãos, da Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro, que se destaca pela produção de açaí. A comunidade tem uma pequena casa de açaí em processo de estruturação, com o apoio direto da ICGT-FT. Já ocorre a comercialização da polpa no mercado local e do açaí in natura no mercado regional.



Figura 02 – Polpa de açaí da Associação Indígena Kwazá e Aikanã da Aldeia Dois Irmãos, na Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro.
Foto: Durvalina de Souza Oliveira.



Figura 03 – Unidade de Beneficiamento de Polpas da Terra Indígena Rio Branco - Agroindústria Do Açaí.
Foto: perfil de Instagram do Do Açaí - @doa.acai .

Quadro 01 – POVO AIKANÃ KWAZÁ

TERRA INDÍGENA KWAZÁ DO RIO SÃO PEDRO

O açaí sempre esteve na base alimentar dos Povos Aikanã Kwazá e hoje o fruto é também o produto mais importante da TI deles, a Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro. Com apoio da Funai para o manejo sustentável, incentivo que começou em 2002, o manejo do açaí passou a ser uma atividade econômica nas aldeias e atualmente representa a produção de maior relevância para a geração de renda das famílias.

Antes desses povos começarem a receber apoio, o valor negociado era de R\$ 08,00/lata¹ do fruto in natura e os indígenas coletavam entre 30 e 60 latas em cada aldeia, mas apenas por encomenda e com destino somente aos municípios de Pimenta Bueno e Cacoal, ambos em Rondônia. As comunidades começaram a se envolver mais intensamente na produção de açaí em 2016, quando houve uma safra de alta produtividade. No ano seguinte, com o apoio da Funai e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), elas iniciaram o beneficiamento do fruto em polpa, agregando valor ao produto final e alcançando mercados locais. Nesse mesmo ano, a produção no território foi de 1.500 latas de açaí, com a comercialização atingindo preços entre R\$ 35,00 e 40,00/lata, e desde 2018 a produção do território gira em torno de 4.000 latas/ano.

Em 2019, foi criada uma associação para representar a Aldeia Dois Irmãos, o que tem possibilitado o acesso a projetos não reembolsáveis, a oportunidades de acesso a mercados e, devido ao crescente engajamento com a cadeia de valor do açaí, a um aprofundamento das ações da ICGT-FT. Nesse processo, o açaí da TI Kwazá rapidamente começou a ganhar visibilidade, possibilitando relações comerciais que se mantêm até hoje devido à qualidade do produto e à maturidade organizacional dos grupos envolvidos.

Para enfrentarem as grandes dificuldades que envolvem o manejo, a logística e o acesso a mercados, as IELs da TI Kwazá do Rio São Pedro, uma da aldeia Nova Kwazá e a outra da aldeia Dois Irmãos, vêm buscando mais parceiros e financiadores, além de contar com a ICGT-FT para realização de processos de formação, melhorias dos processos de manejo e beneficiamento e na busca por mercados diferenciados que valorizem a produção e viabilizem as práticas de comércio justo.

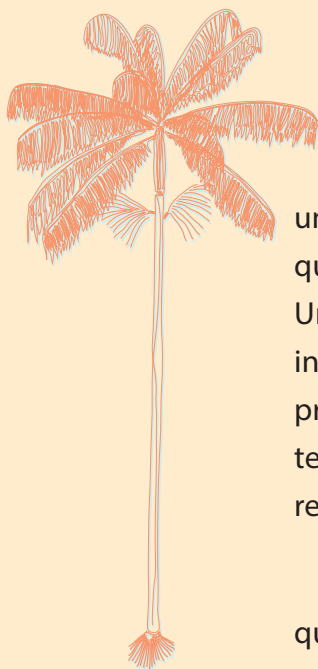
1 Uma lata contém aproximadamente 14 kg de açaí e rede por volta de 30 litros de polpa.



Figura 04 – Coleta de açai, Aldeia Nova Kwazá. **Foto:** Fabiana Aikanã.

POSFÁCIO





O apoio concedido ao projeto Nossa Floresta Nossa Casa (NFNC) simboliza um importante marco para a Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA). A iniciativa, que ilustra a parceria de sucesso entre a Forest Trends e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), foi o primeiro projeto a integrar o atual portfólio de programas de impacto da PPA e poder contar com um projeto estruturado de fortalecimento das capacidades e da governança econômica territorial de 08 TIs do território Tupi Guaporé qualifica o repertório de iniciativas que recebem suporte da plataforma.

A iniciativa Nossa Floresta Nossa Casa produz conhecimentos e aprendizados que podem ser compartilhados com todo o ecossistema de impacto da Amazônia. O projeto já apresenta resultados sensíveis e significativos sobre as Iniciativas Econômicas Indígenas, principalmente quando aliadas à conservação da floresta. Esse esforço fortalece a cultura e a resiliência dos povos indígenas e gera, assim, oportunidades de renda baseadas no uso sustentável da biodiversidade.

A aproximação institucional com o projeto NFNC também permitiu a implementação da metodologia de monitoramento, avaliação e aprendizados da PPA. É a partir do ferramental indicado por essa metodologia que a plataforma traduz as ações realizadas em campo em indicadores e evidências de transformação socioambiental positiva. Esse tipo de interação também permite colher informações estratégicas, as quais podem ser repartidas com toda a rede de parceiros. Vislumbra-se, assim, criar uma inteligência coletiva na busca pelos melhores caminhos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A região amazônica possui um tecido social singular, composto por uma vasta diversidade de populações locais. Assim, engloba a maior parte da população indígena do país e abriga ribeirinhos, quilombolas, seringueiros. Essa vasta diversidade étnica e populacional precisa dialogar com a sustentabilidade e a

conservação da biodiversidade. Os povos e comunidades tradicionais aliam seu modo de vida a conhecimentos que contribuem para a conservação da floresta em pé e a respectiva manutenção dos serviços ecossistêmicos que ela provê. Desse modo, são fundamentais o entendimento dessas populações e a proposição de modelos e de novos empreendimentos que aliam proteção da floresta e geração de renda visando desenvolvimento local.

De maneira geral, esses grupos étnicos desenvolvem sua produção em espaços menores, mas de maior diversidade, quando comparados com a produção agropastoril dominante no Brasil, marcada pelo latifúndio e pela monocultura. Os indígenas têm sido um grande exemplo de ocupação territorial que mantém grandes bolsões de floresta: até hoje, as Terras Indígenas são mais bem conservadas que o seu entorno e contribuem para preservação dessa biodiversidade – a taxa de desmatamento nas Terras Indígenas foi de 2% no período de 2000 a 2014 enquanto nas áreas ao redor, que não são protegidas, foi de mais de 19% (PINTO et al, 2020). Atualmente, são mais de 400 terras demarcadas que ocupam cerca de 100 milhões de hectares na Amazônia, representando mais de 20% do território amazônico e 60% das Terras Indígenas do Brasil. Essas terras têm o objetivo de garantir a proteção dos direitos e da identidade desses povos. Entretanto, é importante destacar que, mesmo com as demarcações, essas populações vivem em constante ameaça territorial – e de vida – dado o complexo contexto de disputas territoriais, grilagem e desmatamento na Amazônia.

A PPA acredita que a imprescindível conservação da biodiversidade da Amazônia só será alcançada a partir da criação de oportunidades para que as populações locais e os povos indígenas possam receber e gerar valor compartilhado, de maneira sustentável, mantendo a conservação da floresta. Em 2021, com o intuito de aprimorar sua proposta de valor, a PPA lançou sua Tese de Aceleração: o material, que traz uma cuidadosa leitura do contexto amazônico e uma visão analítica do ecossistema de impacto da região, faz menção direta à necessidade de fortalecimento dos negócios comunitários e/ou liderados por populações locais.





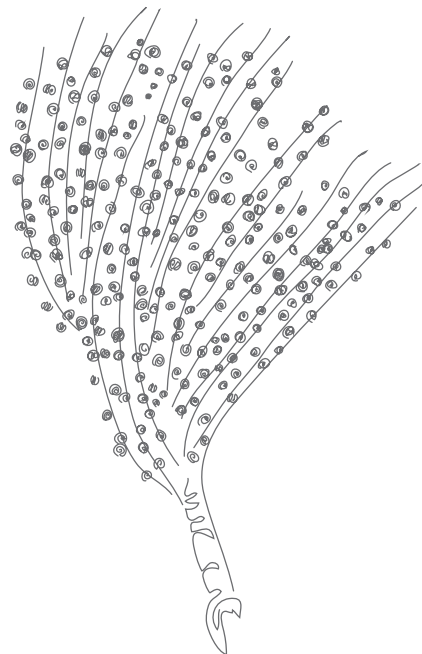
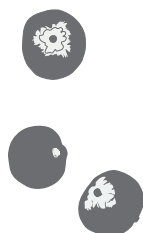
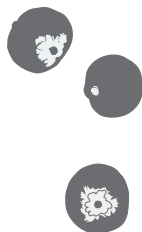
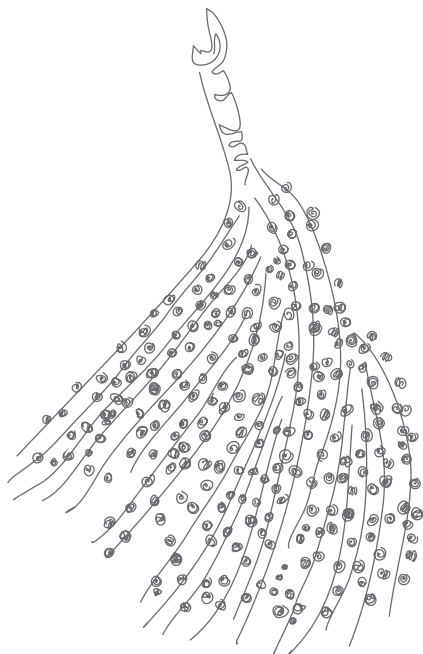
Esse tipo de empreendimento possui grande relevância no território e seu desenvolvimento proporciona melhorias de vida para muitas pessoas. O projeto NFNC, que já trabalha de maneira dedicada ao fortalecimento dos negócios indígenas, também contribui para que todo o portfólio de negócios acelerados pelos programas da PPA possa ganhar solidez e maturidade, aumentando e diversificando sua produção, qualificando o valor agregado e, dessa maneira, estimulando o consumo da produção legitimamente amazônica.

À medida que os negócios liderados por povos indígenas se desenvolvem, se diversificam e acessam novos mercados, ganham também o poder de levar um pouco da cultura, dos costumes e das virtudes da floresta para todo o mundo. A partir do momento que se reconhece o potencial de produção sustentável da Amazônia, é possível pleitear novos recursos, desenvolver novas tecnologias e atrair o consumo. Esse consumo, vinculado a um produto de alto valor agregado, é o que vai permitir a geração de receitas fundamentais para fomentar o desenvolvimento humano, a proteção dos recursos naturais e a manutenção dos saberes e da tradição local.

Em sua Tese de Aceleração, a PPA mapeou como um grande desafio a elaboração de estratégias conjuntas, levando em consideração modos de vida dos povos indígenas, a agenda ambiental e as possibilidades de geração de renda. Nesse sentido, além de políticas públicas, o fomento de negócios de impacto socioambientais que têm essa população como empreendedor, parceiro ou fornecedor pode ser um dos caminhos. Com a realização de iniciativas como a NFNC e apoio de implementadores como a Forest Trends, a plataforma tem trabalhado arduamente para contribuir com essa agenda.

Augusto Corrêa

Secretário Executivo da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALMEIDA, D; ALVES, F. B; e PIRES, L. (org.). **Governança em cadeias de valor da sociobiodiversidade:** experiências e aprendizados de grupos multi-institucionais do Castanha do Brasil e Borracha-FDL no Acre. Brasília - DF: GIZ-Núcleo Maturi, UICN, WWF-Brasil, 2012.

BARCELLOS, M. et al. **Nós, Pangyjēj Zoró:** Nossa Terra e as Mudanças Climáticas. Formação de Mediadores Culturais para Mudanças climáticas, florestas e gestão territorial. e. ed. Porto Velho: Forest Trends, 2019. Disponível em: < <https://tinyurl.com/34pfk5w9>> . Acesso: 15 de dez. de 2021.

BORGES, J. R. Porque a bioeconomia Amazônica é um caminho para o Brasil. **Página22**, 28 jul. 2021. Disponível em: < <https://tinyurl.com/2sb677px>> . Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Brasília, DF. 2012a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, DF: 2009. Disponível em < <https://tinyurl.com/2jxzb4tz>> . Acesso: 14 de dez. de 2021.

BRASIL. **Resolução n.4 de 26 de Janeiro de 2016**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016. Disponível em: < <https://tinyurl.com/2p84yum9>> . Acesso em: 27 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da agricultura e abastecimento. **Série boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico, Açaí-de-touceira (Euterpe oleracea Mart.)**. Brasília-DF, 2012b. Disponível em <<https://tinyurl.com/mejxyj5c>>. Acesso: 10 de dez. de 2021.

BRASIL. Ministério da agricultura e abastecimento. **Bioeconomia da floresta: a conjuntura da produção florestal não madeireira no Brasil**. Brasília – DF: MAPA/SFB, 2019. Disponível em < <https://tinyurl.com/5hbn9a9m>>. Acesso: 20 de jan. de 2022.

CANTO, S. A. E. **Processo extrativista do açaí**: contribuição da ergonomia com base na análise postural durante a coleta dos frutos. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 114. 2001.

CONAB. **Açaí (fruto) – análise mensal**: agosto de 2020. Companhia Nacional de Abastecimento, 2020. Disponível em: < <https://tinyurl.com/3pfw8anr>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CONAB. **Planilhas de série histórica**: custos – açaí – 2016 a 2021. Companhia Nacional de Abastecimento, 2021a. Disponível em: < <https://tinyurl.com/yckc2xay>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CONAB. Safra de Açaí começa com boa perspectiva, segundo boletim da Sociobiodiversidade. **Companhia Nacional de Abastecimento**, 14 jun. 2021b. Disponível em: < <https://tinyurl.com/49u6hyf8>>. Acesso em: 22 de fev. 2022.

CRISTO, S. T. B *et al.* Análise de mercado de açaí e perspectivas futuras no estado do Pará, Brasil. **Actas Portuguesas de Horticultura**, 1ª Ed. 1º Congresso Luso-Brasileiro de Horticultura, 2017.

DOS SANTOS, V. S. O processo de ocupação de Rondônia e o impacto sobre as culturas indígenas. **Revista Fórum Identidades**, Porto Velho, v. 16, n. nº 16, set 2015. ISSN 1982-3916.

EMBRAPA. Açaí / editado por Oscar Lameira Nogueira, Francisco José Câmara Figueiredo, Antonio Agostinho Müller. - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Belém, PA. Embrapa Amazônia Oriental. 2005. Disponível em <<https://tinyurl.com/87t4et92>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

EMBRAPA. BEZERRA, V. S., SILVA, O. F. E DAMASCENO, L. F. Açaí: produção de frutos, mercado e consumo. - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. II Jornada Científica Embrapa. 2016. Disponível em < <https://tinyurl.com/2p9ek3jn>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

FARIAS NETO J.T., RESENDE M.D.V., OLIVEIRA M.S.P. Seleção simultânea em progênies de açaizeiro irrigado para produção e peso do fruto. **Revista Brasileira de Fruticultura**. 2011.

FONSECA, D. R.; TEIXEIRA, M. A. D. **História regional**: Rondônia. 4. ed. Porto Velho: Rondoniana, 1998.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO; FONDO PARA EL DESARROLLO DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS - FILAC. **Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques**. FAO. Santiago, Chile, p. 172. 2021. (978-92-5-133873-5).

FONDO PARA LA DEFENSA DEL MEDIO AMBIENTE - EDF. **La contribución de los Pueblos Indígenas Amazónicos es vital para la estabilidad del clima mundial**. Fondo para la Defensa del Medio Ambiente - EDF. [S.l.]. 2017.

FOREST TRENDS. REDDX Resources. **REDDX Tracking Forest Finance**, 2013. Disponível em: <<https://reddx.forest-trends.org/resources/>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

FUNDO VALE. **Áreas protegidas**. 1. ed. ed. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012. Disponível em: <https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/calha_norte/capitulos_de_livros/AreasProtegidasLivro.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

HALLA, M (org). **Miembros del Consorcio de Apoyo a Pueblos Indígenas, Comunidades Locales y Bosques*, aliados y colaboradores**. Washington, D. C.: Forest Trends, 2018. Disponível em: < https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2019/05/Livro-23alt_16largESP1.pdf >. Acesso em: 14 dez. 2021.

HENDERSON, A.; GALEANO, G. Euterpe, Prestoea, and Neonicholsonia (Palmae: Euterpeinae). New York: New York Botanical Garden. **Flora Neotropica** (72). p. 90, 1996.

HOMMA, A. K. O. *et al.* **Açaí: Novos Desafios e Tendências Amazônia: Cia. & Desenv.** Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006.

HOMMA, A. K. O. *et al.* Açaí: Novos Desafios e Tendências in: **Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação** / Alfredo Kingo Oyama Homma (editor técnico). Brasília, DF. Embrapa. p. 133-148, 2014.

HOMMA, A.K.O. O desenvolvimento da agroindústria no Estado do Pará. **Ciências Exatas e Tecnologia**, 3:47-76. 2001.

IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2020a. **Disponível em** < <https://tinyurl.com/2p9d8zk7>>. Acesso: 05 jul. 2021.

IBGE. Produção Agrícola Municipal - PAM. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2020b. **Disponível em** <<https://tinyurl.com/yxcuu8hr>>. Acesso: 10 jul. 2021.

INSTITUTO TERROÁ. Padrões de sustentabilidade na cadeia de valor do açaí. 2020. **Disponível em** <<https://tinyurl.com/74mbexmm>>. Acesso: 20 jan. 2022.

INSTITUTO TERROÁ. Recomendações de políticas para a cadeia de valor do açaí. 2021. **Disponível em** <<https://tinyurl.com/yckkzakd>>. Acesso: 25 fev. 2021.

IPAM. Desafios para a sustentabilidade na cadeia do açaí – Subsídios para a iniciativa Açaí Sustentável. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. 2018. **Disponível em** <<https://tinyurl.com/mj3rsx4p>>. Acesso: 08 fev. 2022.

LOBATO, M. O. V. **Estudo Léxico - semântico da Palavra "Açaí"**. Monografia (Licenciatura em letras) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Pará. Belém-PA, p. 42. 1981.

MACHADO, U. P. **Políticas públicas de fomento a cadeia do açaí: subvenções estatais e a distribuição de renda em uma dinâmica econômica de fronteiras**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteiras – Departamento de Pós Graduação), Universidade Federal do Amapá; Macapá. p. 77, 2019.

MALDI, D. O Complexo Cultural do Marico: Sociedades Indígenas dos Rios Branco, Colorado e Mequens, Afluentes do Médio Guaporé. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 7(2), p. 209-269, 1991. ISSN 0522-7291.

PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. Sobre nós. **PPA - Parceiros Pela Amazônia**, 2021. **Disponível em**: < <https://ppa.org.br/sobre-nos> >. Acesso em: 12 nov. 2021.

NOGUEIRA A. K. M. **As tecnologias utilizadas na produção de açaí e seus benefícios socioeconômicos no estado do Pará**. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém. p. 73, 2011.

PESSOA, J. D. C. e SILVA, P. V. S. Effect of temperature and storage on açai (*Euterpe oleracea*) fruit water uptake: simulation of fruit transportation and processing; **FRUITS**, v. 62, n. 5, p. 295-302, 2007.

PINTO, E. P. et al. Assentamentos Sustentáveis na Amazônia: o desafio da produção familiar em uma economia de baixo carbono. Investimentos transformadores para um estilo de desenvolvimento sustentável: Estudos de casos de grande impulso (Big Push) para a sustentabilidade no Brasil, Santiago, p. 89-101, 2020. Disponível em: < <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45591> >. Acesso em: 23 nov. 2021.

PORTINHO, J. A.; ZIMMERMANN, L. M. e BRUCK, M. R. Efeitos benéficos do açai. **International Journal of Nutrology**, 5(1): 15-20, 2012.

REIS, A. **Seringal e o seringueiro**. 2ª. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

RIGHTS AND RESOURCES INITIATIVE - RRI. **Who Owns the World's Land? A global baseline of formally recognized indigenous and community land rights**. Washington, DC: RRI, 2015. Disponível em: <https://rightsandresources.org/wp-content/uploads/GlobalBaseline_complete_web.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

SANTANA, A. C. D. E. e COSTA F. A. Mudanças recentes na oferta e demanda do açai no Estado do Pará. In: SANTANA A. C. D. E., CARVALHO DF & MENDES AFT (Eds.) **Análise sistêmica da fruticultura paraense: organização, mercado e competitividade empresarial**. Belém, Banco da Amazônia, p. 205-226. 2008.

SANTOS, A. M.; GOMIDE, M. L. C. A ocupação do entorno das Terras Indígenas em Rondônia, Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 417-436, set./dez. 2015.

SMERALDI, R. e SANTOS, M. 2021. A Década do Açai in CENTRO DE EMPREENDEDORISMO DA AMAZÔNIA. Nº 17. 2021.

SOUZA, M. P. et al. Organização Social Baseada na Lógica de Cadeia-Rede para Potencializar a Exploração do Açai Nativo na Amazônia Ocidental Brasileira, **Rev. Adm.** UFSM, Santa Maria, v. 6, Edição Especial, p. 281-294. 2013.

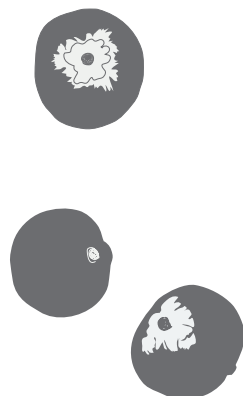
SOUZA M. P. *et al.* O Produto Florestal Não Madeirável (PFNM) Amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica de cadeia e rede para potencializar a exploração local. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, 3:44-57. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR. **Relatório de resultado da pesquisa de campo Mosaico Tupi**. UNIR. Cacoal. 2020.

WALKER, T. W. N. *et al.* A systemic overreaction to years versus decades of warming in a subarctic grassland ecosystem. **Nature Ecology & Evolution**, jan. 2019.

WALKER, W. S. *et al.* The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. **IPAM Amazônia**, 27 jan. 2020. Disponível em: < <https://tinyurl.com/4pf32m4w> >. Acesso em: 14 dez. 2021.

WHITE, A.; MARTIN, A. **Who owns the world's Forests? Forest tenure and public forests in transition**. Washington, D.C.: Forest Trends, 2002. ISBN 0-9713606-2-6. Disponível em: < <https://www.forest-trends.org/publications/who-owns-the-worlds-forests-forest-tenure-and-public-forests-in-transition/> >. Acesso em: 14 dez. 2021.



Este livro foi diagramado
no programa Indesign CS6
e ilustrado no programa
Illustrator CS6. As fontes
utilizadas são Cheap Potatoes
Black, Myriad Pro,
Hockey is Lif e Calibri.

